

**O planejamento regional - suas
características e
particularidades, ensinamentos
decorrentes de experiências
estrangeiras**

ARTHUR CÉSAR FERREIRA REIS

O PLANEJAMENTO REGIONAL - SUAS
CARACTERÍSTICAS E PARTICULARIDADES,
ENSINAMENTOS DECORRENTES DE
EXPERIÊNCIAS ESTRANGEIRAS

SEPARATA DA "REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA" N.º 4 — ANO XX — OUTUBRO/DEZEMBRO DE 1958



RIO DE JANEIRO

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

1958

Handwritten:
911098M
23759



O PLANEJAMENTO REGIONAL — SUAS CARACTERÍSTICAS E PARTICULARIDADES; ENSINAMENTOS DECORRENTES DE EXPERIÊNCIAS ESTRANGEIRAS

ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS

O que vem sendo feito, no Brasil, no campo do planejamento econômico, é o tema da presente exposição, visando à recuperação de regiões, em particular a Amazônia. Não tendo acompanhado o dinâmico processo de evolução do país, essas regiões podem ser situadas na condição de subdesenvolvidas, como fazemos, no campo internacional, para as áreas que não lograram ainda assegurar, às suas populações, o bem-estar material e espiritual indispensável nos dias que vivemos.

O tema é da mais alta relevância, mas, também, daqueles que exigem muita prudência ao examiná-lo para que seja possível chegar às conclusões serenas, objetivas, que se impõem.

Somos um povo de exaltações à flor da pele. As reservas que nos fazem não nos agradam. Enchemo-nos sempre de indisfarçável mal-estar a qualquer observação negativa, ou antes, realística. A reflexão sobre os assuntos não constitui um dos fortes de nossa caracterização psicológica. Preferimos sempre, à análise fria, penetrante, aguda, a observação apresada. Estamos, porém, procurando ultrapassar esse estado d'alma para entrar no estudo meditado do que somos realmente, dos defeitos que nos marcam, dos erros e enganos em que nos temos mantido, dos excessos a que nos vimos entregando.

Não me alisto entre as vozes agourentas, nem me deixo levar pelos entusiasmos fáceis das primeiras impressões. Sinto-me, por isso mesmo, muito bem para conversar sobre a matéria em debate. Tenho confiança no Brasil e na sua destinação histórica. Em face de suas diferenciações tão flagrantes, de ordem geográfica, econômica e cultural, diferenciações que aos olhos do estrangeiro parecem qualquer coisa de espantoso porque não explicam a unidade que mantemos, antes levariam a uma pluralidade que em última análise autorizasse o secessionismo, não sou dos que entrevêem um amanhã negro. A política que se executar, visando à manutenção dessa unidade, é, por conseguinte, uma política a que todos nos devemos dedicar, sem que por isso ignoremos certos im-

perativos, como aquêles de que nos falou GLYCON DE PAIVA, ao estudar a formação dos nossos espaços industriais e do crescimento da população brasileira. Nem tôdas as regiões poderão industrializar-se como desejam, nem será conveniente o crescimento desmedido de nossa população a ponto de transformarmo-nos em novas Índias ou novas Chinas.

O planejamento será o recurso mais seguro para que disciplinemos êsse crescimento e êsse desenvolvimento. Acredito nêle. Mas, em que se funda, quais as suas características, como se tem aplicado, que resultados vem apresentando para que possamos aceitá-lo?

O tema, insisto, é relevante e exige prudência, serenidade no apreciá-lo.

Planificar é disciplinar, para alcançar um objetivo. O simples objetivo a atingir por qualquer meio, e na generalidade, a curto prazo, está fora do campo de cogitação do planejador. Porque, antes de mais nada, é preciso ter em mente que, para planejar, faz-se necessário adotar um critério de trabalho, uma técnica de ação, ter em mãos o material que deve ser utilizado para o fim em vista. Assim, disciplinar é evitar a dispersão de energias, é estabelecer contrôle, é organizar em moldes que se considerem perfeitos. A operação do planejamento, sempre difícil, visa a dar uma ordenação a alguma coisa, material ou espiritual, que nos propomos atingir. Os planejamentos destinam-se, por isso, sempre, ao futuro, mas impõem o exame das condições passadas e atuais, o mais realisticamente, para que surtam efeito, não se transformem em experiência fadada a frustração, repetindo-se erros, insistindo-se em soluções que já foram superadas.

Sendo disciplina, coordenação, contrôle, o planejamento tem sido tomado como instrumento de compressão, portanto, de limitação à liberdade de agir, contrário ao regime democrático. Ora, a lei é uma limitação à liberdade do ser humano. No entanto, todos, a rigor, sentimos a sua necessidade, do contrário, as sociedades seriam devoradas pela desordem, pela anarquia, implantando-se o caos. Nenhuma democracia foge à instituição da lei. E quase tôdas as democracias caminham hoje procurando, na planificação, o freio à evolução desordenada, perigosa à sua própria existência.

Não será possível, ademais, conceber o planejamento como uma imposição visando a limitar liberdades em prejuízo de muitos e em benefício de poucos. Ao contrário, o planejamento será aquela disciplinação necessária a que todos usufruam o mesmo bem, que não deve ser usufruído apenas por uns poucos. É, pois, uma necessidade, como a lei política.

O planejamento, seja no campo nacional, seja no campo internacional, apresenta-se-nos, assim, como uma contingência dêsses novos tempos que estamos conhecendo. Ora se destina a fixar uma política governamental, administrativa, ora a permitir o sucesso de um empreendimento privado. No particular do Estado, o planejamento, ora incide sôbre determinados problemas, ora sôbre regiões. Será, destarte,

um planejamento administrativo, um planejamento econômico, um planejamento político, um planejamento municipal, um planejamento regional.

Volta Redonda obedeceu a um planejamento, como empresa estatal. A refinaria de petróleo que se montou em Manaus, como a fábrica de juta, que está funcionando ali, são frutos de planejamentos privados.

Já foi explicado e debatido todo o vasto problema das técnicas de planejamento, exigências e cautelas que se impõem na operação material a ser utilizada, pesquisas preliminares que é mister promover. Numa operação de envergadura como será a valorização de uma região, as inversões têm de atingir somas consideráveis. Essas inversões não podem ser efetuadas ao deus dará, em experiências perigosas, mas depois de uma tomada de contacto com a realidade presente e as perspectivas futuras da região, através de uma ordenação técnica de providências e disciplinação conveniente da aplicação desses investimentos. Porque o planejamento é uma condição essencial para os investimentos.

Os planejamentos econômicos, sendo planejamentos sociais, registremos, por fim, porque realizados visando às coletividades sociais, não podem ser rígidos. Ao contrário, têm de ser flexíveis, de molde a se ajustarem às variações sociais, que são constantes, em especial nos tempos atuais, de vida dinâmica, de multidões a exigir soluções a todo instante para os seus problemas e angústias.

O que nos importa agora, é saber em que extensão o planejamento regional tem sido promovido e que resultados já se podem auferir, afirmando-o ou comprometendo-o.

Os planejamentos regionais ligam-se geralmente ao que os franceses chamam de *mise-en-valeur* e eles realizaram intensamente no vasto império colonial organizado nos séculos XIX e XX.

Como experiências de grande vulto, temos o planejamento do Congo Belga, o das colônias inglesas, o do vale do Tennessee, o da Guiana Holandesa, o do ultramar português, o do oeste argentino, o do oeste dos Estados Unidos, vale do Colorado.

O chamado planejamento britânico reparte-se num conjunto de subplanos ou de programas parciais, com destinação especial, isto é, visando às várias unidades, do império na África, na América e mesmo no Oriente, e às várias unidades econômicas que compõem o quadro variadíssimo da produção imperial. Há, assim, programas para o Quênia, para Uganda, para a Nigéria, etc, como há também para a produção do amendoim, do café, do cacau, da copra, do milho, do trigo, da energia elétrica, das habitações.

Obedece, como é natural, a um plano diretor, de caráter universal, para que haja resultados que possam assegurar continuidade ao império e não provoquem a concorrência entre as regiões que o integram e conseqüentemente o desequilíbrio, ruinoso a todos. Tem o caráter de projetos, esquemas, a serem estipendiados pelo "Colonial Development

nistração, integrado por três membros, de nomeação do presidente da República e aprovação do Senado, respectivamente com mandato de 3, 9 e 10 anos, ficou constituído e teve a seu cargo a experiência inicial. Os recursos em dinheiro foram concedidos pelo Congresso. Os lucros da venda de energia também foram considerados recursos a serem utilizados. Bônus emitidos pela TVA asseguraram-lhe maiores somas e se inscreveram entre as disponibilidades que estava autorizada a movimentar. Os empréstimos para certas obras que demandavam maiores financiamentos constituíram, por fim, a modalidade de que pôde lançar mão a TVA, do contrário não lhe seria possível atender às exigências do empreendimento.

E êsse empreendimento, atentemos bem para isso, compreendia apenas uma área de 105 000 quilômetros quadrados, para os quais o Parlamento votou créditos, entre 1934 a 1949, num total de 708 909 331 dólares.

Os resultados são animadores e já conduziram a novos cometimentos, como o do vale do Colorado, que está sendo objeto de investimento para sua recuperação. É que aquela resistência contra o TVA fôra vencida. Os ataques no Congresso, na imprensa, nas associações, à novidade que ela representava contra a rotina econômica, por fim perderam conteúdo. Os processos na justiça, contra a organização, perderam sentido. A opinião pública, mobilizada, eletrizada contra, acabou modificada, esclarecida que foi dos propósitos governamentais e ante os efeitos que se constataram na região.

A experiência de planejamento regional não é, como acabamos de ver através do registro, a vôo de pássaro, que acabo de fazer em tôrno de algumas delas, uma experiência gorada. Sua análise não pode ser feita na rapidez de exposição sem ambições como esta. De logo, porém, podemos aceitar que:

- a) são quase todos êsses empreendimentos estatais, o que não significa que se exclua a participação da iniciativa privada, em várias delas solicitadas e garantidas.
- b) os investimentos são, na generalidade, de vulto, obtidos quase sempre dos recursos do próprio Estado.
- c) há, em quase todos êles, a preocupação de produzir alimentos, para satisfazer necessidades locais e universais.
- d) a produção de energia elétrica é sempre fundamental.
- e) os planejamentos são sempre a longo prazo.
- f) em todos, mesmo os que foram elaborados visando a áreas coloniais, há a intenção do levantamento do padrão de vida das populações regionais pelo melhoramento do nível técnico e pela criação de condições sanitárias boas.

Sendo econômicos, os planejamentos regionais possuem, porém, um caráter social acentuado, como referimos. E, por isso mesmo, não podem ser rígidos. Devem ser redigidos tendo em conta que as socieda-

des a cujo bem-estar se destinam são plásticas, sujeitas a transformações diárias. Não há mais sociedades estáticas, num mundo dinamizado como o em que vivemos hoje. Os planejamentos, em conseqüência, não podem escapar a essas interferências dos fatores que atuam operando a mobilidade, a vibração e as modificações nos *status* que os caracterizam.

O PLANEJAMENTO REGIONAL NO BRASIL — PECULIARIDADES. DIFICULDADES DO CASO BRASILEIRO. AS EXPERIÊNCIAS FEITAS E SEUS ENSINAMENTOS

A diversidade geográfica que distingue o Brasil determinou, como era natural, a constituição, através dos tempos, de áreas sócio-econômicas que se complementam, fortificando a unidade nacional. A história da formação do Brasil, por isso mesmo é também a história da formação dessas regiões sócio-econômicas, que foram sendo constituídas no decorrer da conquista do espaço territorial e incorporadas pelo domínio que exercemos ao longo do litoral e fomos alcançando pelos sertões a dentro.

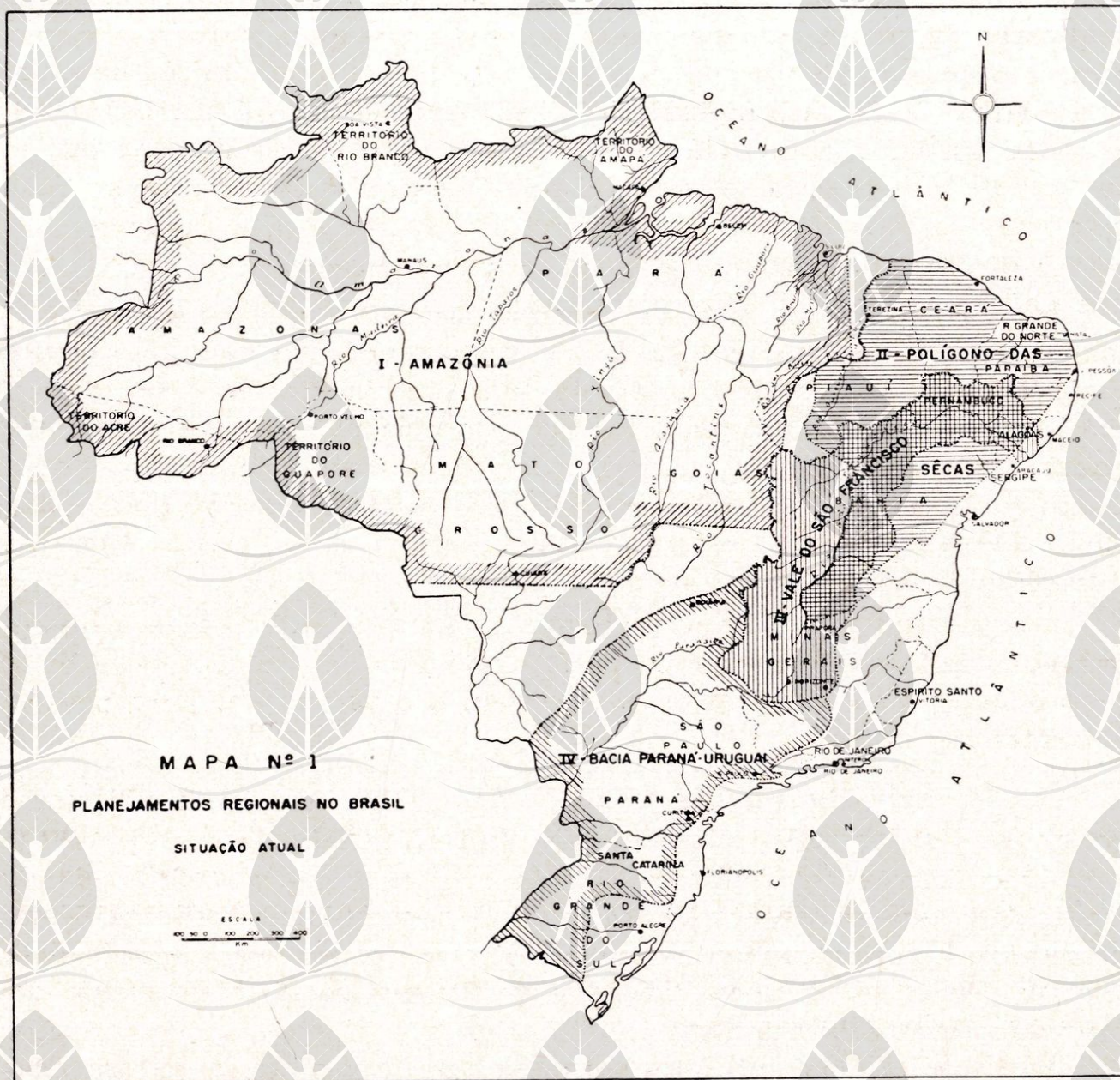
Não compomos, assim, uma unidade fisiográfica, econômica, social, cultural, mas um conjunto de regiões perfeitamente definidas, às quais não se ajusta a divisão política do país, que não atende, como não atendeu, no passado, às limitações geográficas decorrentes dessas suas próprias condições. Quando se procura dividir o Brasil em regiões geo-econômicas, para efeito de estudo de problemas que o afligem, de logo desponta a divergência, que, no caso da valorização da Amazônia, como veremos adiante, possui ponderância impressionante.

Os problemas que oferecem essas regiões, como conseqüência da diversidade que as caracteriza, são variados, complexos, vultosos. Uma progrediram aceleradamente e se mantiveram prósperas, dinamizadas. Outras, depois de um passo largo, perderam o ritmo de crescimento demográfico, econômico, passando a caminhar lentamente, com grandes prejuízos para o conjunto da vida nacional, de vez que autorizaram o aparecimento de áreas desenvolvidas e áreas subdesenvolvidas, provocando, portanto, um desequilíbrio gritante.

Impõem-se, destarte, soluções especiais, a execução de políticas que lhes devem atender aos imperativos, políticas a curto e a longo prazo, programadas objetivamente após a necessária sondagem, à pesquisa e aos levantamentos técnicos e não traçadas empiricamente, em experiências que possam comprometer a ação oficial, redundando em insucessos perigosos aos interesses do país. Não somos ricos. Temos de poupar e aplicar bem o de que dispomos. As políticas que tivermos de executar devem, é claro, ser conduzidas tendo em consideração êsse estado de coisas realístico.

Ora, do mesmo modo por que tais regiões impõem as soluções especiais, a curto e longo prazo, essas soluções, pela vultosidade e complexidade por que se apresentam, não podem ficar na órbita de ação dos

administradores locais ou da iniciativa dos próprios elementos que representem o capital, a experiência e a atividade privadas. E isso porque interessam também à segurança nacional e exigem o emprêgo de recursos de que só a União pode estar armada.



E foi compreendendo a necessidade de enfrentar os problemas regionais brasileiros sem mais as soluções imediatistas ou parceladas que o governo federal começou a empreender o planejamento da política de recuperação ou de vitalização das regiões, interferindo na vida delas sem, no entanto, ferir-lhes as susceptibilidades autonomistas, antes fazendo-as sentir que o poder federal estava presente no intuito de ajudá-las, de assistí-las, de conferir-lhes os recursos técnicos e financeiros para o atendimento de suas dificuldades, sem o que não se poderia processar, dentro do mesmo ritmo, o progresso do país: haveria sempre regiões desenvolvidas e regiões subdesenvolvidas. E como tal, um desequilíbrio que, decorrente desse estado de coisas, poderia levar a uma situação delicada, comprometendo mesmo a estabilidade da unidade política.

Não nos referimos aqui, é de notar-se, à interferência federal, visando à valorização ou ao financiamento de produtos como o café, nem tampouco à manutenção de serviços de rotina a cargo da União, ou aos acordos de cooperação firmados com as administrações estaduais e municipais objetivando a recuperação de culturas, o fomento de outras, a realização de certos serviços públicos locais, aos quais faltam o número e o pessoal qualificado para as obras projetadas, muitas delas de certo vulto. Essa interferência, é preciso registrar, foi muitas vezes, a certos aspectos, solicitada pelos próprios poderes estaduais e permitiu, é certo, a impressão, como assinalou OLIVEIRA VIANA, de que a União caminhava de tal forma que o regime federativo estava perdendo terreno para dar lugar a uma nova experiência unitária.

Na verdade, o que se devia e podia observar é que aquêle autonomismo exagerado, defendido para tóda a extensão do país, não estava certo. E para muitos trechos dêle o que se evidenciava era, com a revisão pura e simples do sistema político-administrativo vigente, que ninguém tinha coragem de promover nas bases realísticas que se impunham, a adoção de um regime especial de tratamento sem o que o país, como estava sucedendo, não cresceria no mesmo ritmo e com a mesma intensidade em tôdas as suas unidades.

A interferência a que nos referimos é, portanto, aquela que realmente possui um sentido nacional, abrangendo grandes espaços ou cobrindo problemas de envergadura que perdem o caráter local para possuir o caráter nacional.

O planejamento, a curto e longo prazo, com tal sentido objetivo e nacional, não constitui, no entanto, uma experiência de agora. Não é, tampouco, o fruto do espírito de imitação de que nos acusamos. Não se pode negar que os planejamentos a que nos referimos incentivaram, deram calor para os planejamentos que estamos iniciando agora. Nem por isto, no entanto, podemos desprezar o que já foi feito entre nós como matriz das operações de hoje.

A defesa da borracha foi a primeira operação de envergadura, planejada entre nós. Veio depois o planejamento das obras contra as sêcas, seguido do planejamento realístico dos vales do São Francisco, rio Doce, bacia do Paraná.

No primeiro caso, a interferência federal, convenientemente programada, decorreu da situação catastrófica a que se viu arrastada a Amazônia, ante a concorrência da produção gomífera do Oriente. Não plantáramos e ríramos do que o capital inglês, holandês, francês estava realizando nos respectivos impérios com as sementes emigradas da própria Amazônia.

Ao aparecimento vultoso e a preços baixos da mercadoria oriental nos centros de comércio do velho e do novo mundo, não pudéramos resistir. A borracha era, na conjuntura, produto que interferira profundamente no processo econômico nacional: concorria com o café no vo-

lume da exportação e das rendas públicas. Ocupara o segundo lugar no quadro dos produtos com que comparecíamos aos mercados do exterior.

Planejou, então, o governo federal, a valorização da borracha extrativa. Na verdade, porém, para tal, planejou, e planejou bem, a valorização de todo o complexo amazônico. Os decretos 2 543-A, de 5 de janeiro, e 9 521, de 17 de abril, ambos de 1912, sendo chefe do Estado o marechal HERMES DA FONSECA, e ministro da Agricultura o Dr. PEDRO DE TOLEDO, deram forma legal a um largo programa de trabalho. Visava-se a promover, em ampla escala, a cultura da *hevea brasiliensis* e das outras árvores lactíferas, necessárias à manutenção, senão mais do monopólio de produção de gomas, pelo menos de nossa presença nos mercados consumidores com um gênero bom e barato, capaz de permitir o rendimento a que o país se habituara nas suas atividades comerciais, no campo exterior, e no desenvolvimento da Amazônia. Visionava-se, ainda, a criação imediata de um mercado de consumo interno pelo aproveitamento da espécie na indústria que se devia incentivar.

Para isso deram-se providências as mais amplas: prêmios aos que plantassem a seringueira e as outras árvores lactíferas, isenção de impostos sobre os implementos necessários à cultura das héveas e à extração da borracha; estações experimentais, para a preparação e fornecimento de sementes e de instruções aos seringalistas; prêmios em dinheiro a quem estabelecesse a primeira usina de refinação de borracha que reduzisse as diversas qualidades a um tipo uniforme e superior para a exportação; prêmio em dinheiro a quem montasse a primeira fábrica de artefatos de borracha em Manaus, em Belém, no Recife, na Bahia e no Rio de Janeiro; construção de hospedarias de imigrantes em Manaus, Belém e território do Acre; hospitais, em pontos que fôsem julgados apropriados, cercados de pequenas colônias agrícolas e onde funcionassem igualmente os postos de saúde para vacinação, imunização, venda de medicamentos e distribuição de impressos com conselhos de higiene preventiva das moléstias da região; construção de estradas de bitola reduzida, ao longo dos rios Xingu, Tapajós, Negro e Branco; construção de estradas de ferro, a primeira partindo de um ponto na ferrovia Madeira-Mamoré, nas proximidades da foz do Abunã, passando por Vila Rio Branco, Sena Madureira e terminando em Vila Taumaturgo, com um ramal para a fronteira com o Peru pelo vale do Purus; a segunda, de Belém até Pirapora, em Minas Gerais, e Coroatá, no Maranhão, com ramais para a ligação com os pontos iniciais ou terminais da navegação no Araguaia, Tocantins, Parnaíba e São Francisco; obras para assegurar a navegabilidade efetiva, em qualquer época do ano, para vapores calando até três pés: do rio Negro, entre Santa Isabel e Cucuí; do Rio Branco, da foz ao forte de São Joaquim; do rio Purus, de Hyutanahan até Sena Madureira, e do Acre, da foz até Riozinho das Pedras; isenção de impostos para as embarcações de qualquer gênero, destinadas à navegação fluvial, isenção de impostos à empresa que montasse depósitos de carvão de pedra em pontos convenientemente designados

para o abastecimento dos vapores e lanchas e a preços aprovados pelo governo.

O plano era vasto, e não se cingia ao que resumimos. Porque, para executá-lo, na extensão por que fôra concebido, fazia-se preciso assegurar, impulsionar, na região, as suas outras fontes de vida, representadas na criação e na produção de gêneros alimentícios e melhor circulação das riquezas em potencial.

O plano, nesse particular, estabelecia: arrendamento de duas das fazendas nacionais no Rio Branco a emprêsa que se compromettesse a desenvolver e a praticar, em larga escala, a criação de gado, a cultura de cereais e a estabelecer charqueadas, *Packing Houses*, fábricas de laticínios, engenhos de beneficiar arroz e outros cereais e fábricas de farinha de mandioca; colonização da fazenda de São Marcos, no Rio Branco, em famílias de agricultores e criadores nacionais; concessão de favores a emprêsas que estabelecessem fazendas de criar no Acre, Amazonas e Pará, favores que incluíam a isenção de impostos para o material que importassem e prêmios em dinheiro; isenção de impostos para o aparelhamento importado por emprêsa que realizasse a pesca, salga e conservação de peixe.

OSVALDO CRUZ foi chamado, na oportunidade, para, por dois anos, mediante pagamento de setecentos contos, dirigir os serviços necessários à determinação das condições médico-sanitárias do vale e traçar o planejamento das operações profiláticas a serem adotadas no sentido de facilitar a atividade econômica que se procurou disciplinar pela melhoria das condições higiênicas do trabalho. Aquêles setecentos contos, é preciso registrar, seriam todo o valor da inversão que o governo faria para o saneamento.

Com êles, OSVALDO CRUZ teria de promover a mobilização de pessoal e de material. O "Relatório sôbre as condições médico-sanitárias do vale do Amazonas" foi o resultado dos estudos a que procedeu, com o programa de vulto que devia ser empreendido.

Na base do que a lei fixou, instalou-se uma Superintendência, regulamentaram-se, um a um, os objetivos do projeto, em detalhes para a execução, revelando a objetividade dos homens que tiveram a seu cargo orientar e executar o empreendimento. O Parlamento Nacional, um ano decorrido, suspendeu, porém, os recursos em dinheiro. E a montagem que principiava foi suspensa e por fim liquidada. Falhara a primeira experiência de planejamento regional no Brasil.

As obras contra as sêcas foram materializadas no governo do presidente EPITÁCIO PESSOA. Cobriu um espaço também expressivo do território nacional, no momento assolado pelos rigores da estiagem. Desde o século XVII, as sêcas vinham criando tremendas dificuldades ao adiantamento social e econômico daqueles trechos do país. Escrevera-se largamente sôbre os rigores da estiagem. Polemicara-se na imprensa, na tribuna do Parlamento, nas assembléias científicas. A cada episódio

da sêca, movimentavam-se as autoridades assistindo aos retirantes em suas necessidades materiais, o que era muito pouco, pois não representava o essencial, isto é, a execução de providências que levassem ao êxito técnico do homem sôbre a natureza e a conseqüente permanência dêsse mesmo homem na região malsinada.

O planejamento da recuperação do Nordeste, na área sob incidência das sêcas, foi amplo — construção de açudes, reflorestamento intensivo, melhor distribuição de águas pela abertura de canais de irrigação, realização de um vasto programa rodoviário, introdução de espécies piscosas nos açudes. Os recursos para a execução do projetado eram movimentados através de uma chamada Caixa Especial das Obras de Irrigação, e advinham das rendas federais e de créditos especiais concedidos pelo Congresso.

Os resultados da experiência, três anos decorridos, foram considerados insatisfatórios. Gastara-se a soma de Cr\$ 312 906 333,00, e só se havia construído 14 dêsses açudes pequenos e iniciado a de 10 outros, com a capacidade total de acumulação de apenas 83 milhões de metros cúbicos de água. Nos dez anos anteriores, a Inspetoria Federal de Obras Contra as Sêcas utilizara apenas Cr\$ 44 764 325,50, construira 66 açudes, com a capacidade de acumulação de 540 milhões de metros cúbicos.

Adquirira-se, no entanto, com a programação de agora, gigantesco material, acumulado ao longo do litoral e pelo interior da área flagelada. Iniciara-se a execução do plano rodoviário e principiara o estudo sistemático do chamado polígono das sêcas, de que ia resultar um conhecimento, em extensão e profundidade, verdadeiramente notáveis. Poucas regiões brasileiras são hoje tão bem sabidas, nas suas características fisiográficas, climáticas e botânicas como o nordeste do polígono.

O planejamento constituíra realmente um insucesso? No caso afirmativo, como no da Amazônia, levaria à formação de um clima de suspeição sôbre os empreendimentos de larga envergadura no país, a cargo da União e dentro de uma sistemática, de uma disciplina, de um comando único, de um planejamento rigorosamente traçado?

Evidentemente, o que ocorreu no nordeste foi uma inversão vultosa de recursos na acumulação de materiais. Quando ia ser iniciada a operação de campo, o govêrno federal voltou atrás no que decidira realizar, alarmado com as despesas e a insignificância dos resultados. As verbas foram cortadas violentamente. A experiência não pôde ser considerada de pronto. É certo que prosseguem os trabalhos. Fizeram-se grandes alterações nos programas de execução de obras. Os ministros João CLEÓFAS e JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA ainda recentemente expuseram a côres realísticas, perante o Congresso, a extensão e a importância dos programas parciais em execução, os frutos obtidos e os que se esperam alcançar.

O planejamento da valorização do São Francisco, o rio da unidade, é a terceira realização planejada em grande estilo pela União. Experiência que começa. Decorre de dispositivo constitucional, o artigo 29 das disposições transitórias da Carta Magna de 1946.

“Art. 29 — O Governo Federal fica obrigado dentro do prazo de vinte anos, a contar da data da promulgação desta Constituição, a traçar e a executar um plano de aproveitamento total das possibilidades econômicas do rio São Francisco e seus afluentes, no qual aplicará, anualmente, quantia não inferior a um por cento de suas rendas tributárias”.

Pela lei n.º 541, de 15 de dezembro de 1948, a Comissão do Vale do São Francisco, diretamente subordinada à Presidência da República, teve a seu cargo o planejamento da valorização. Não se lhe deu prazo rígido. Permitiu-se-lhe flexibilidade de movimentos. A Comissão promoveu e contratou inquéritos, inventários, levantamentos de natureza vária. Pôde, assim, dispor de um vasto documentário que autorizou o primeiro planejamento quinquenal. Esse planejamento teria de considerar e o considerou efetivamente, de início, o problema do rio, do seu regime de águas, de sua regularização, para depois atentar no empreendimento econômico, especificamente. O domínio das águas era fundamental para a efetuação das providências de natureza econômica.

Durante dois anos, atente-se bem para esse ponto, durante dois anos, a Comissão do São Francisco, com as mãos livres para trabalhar, recebendo a cooperação direta, intensa, constante, do Conselho Nacional de Geografia, Companhia Hidroelétrica do São Francisco, Divisão de Águas e Serviço de Meteorologia, do Ministério da Agricultura, Departamentos Nacionais de Saúde Pública, Educação, Obras Contra as Secas, Portos, Rios e Canais, Estradas de Rodagem, Estradas de Ferro, Obras e Saneamento, Produção Mineral, Aeronáutica Civil, Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul, pôde elaborar o primeiro plano quinquenal, num total de 35 volumes, que compreendem: “a regularização do regime fluvial; o controle e a utilização das águas; o melhoramento das condições de navegabilidade do rio São Francisco, de sua barra e de seus afluentes; o aproveitamento do potencial hidrelétrico; o desenvolvimento da irrigação e da açudagem; o aparelhamento dos portos fluviais; a ampliação do sistema regional de transportes; a melhoria do tráfego fluvial; a ampliação da rede de comunicações; o saneamento dos núcleos urbanos e das zonas rurais; a proteção das localidades ribeirinhas e das margens dos rios contra as inundações e erosões; a urbanização regional; a exploração e conservação das riquezas minerais, da fauna e da flora; o reflorestamento e o aproveitamento das terras; o fomento da produção; o incremento da imigração e da colonização; a educação e o ensino profissional; o amparo à saúde e assistência às populações; e a defesa dos interesses coletivos, inclusive pela desapropriação das áreas necessárias”.

Entregue ao Executivo, o Plano foi mandado ao Legislativo Nacional, a 15 de dezembro de 1950. Posteriormente, foi elaborado pela Comissão um programa visando a substituir o plano anterior, ou antes, visando a ajustá-lo melhor às disponibilidades para imediata execução

Um programa de emergência, na base de recursos proporcionados pelo Congresso, vem sendo pôsto em prática.

Que resultados já se alcançaram com a aplicação dos recursos financeiros e técnicos disciplinados no planejamento e nos programas parciais?

Já se escreveram exposições minuciosas sôbre o assunto. A literatura que já se elaborou a respeito não é pequena. Os defeitos, os erros cometidos não são poucos. Os próprios órgãos que executam as tarefas de campo com os planejamentos, estão certos dêsses defeitos e dêsses erros. Obras de envergadura como essas sofrem, em nosso país, a guerra dos que desejam a improvisação, as soluções imediatistas, de fachada. Não se criou ainda, entre nós, uma tradição de confiança nos programas de execução lenta e nas obras que exigem continuidade. Parece-nos que, acima de todos os erros constatados, o mais grave como negação de êxito está na falta de continuidade das obras, dos sistemas experimentados e em curso de execução.

O PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA

OBJETIVOS;

TRABALHOS JÁ REALIZADOS.

TRABALHOS EM PREPARAÇÃO OU PREVISTOS.

ESTUDO MAIS DETALHADO DA ESTRUTURA E TÉCNICA
DE PLANEJAMENTO ADOTADAS .

ENSINAMENTOS DECORRENTES DE EXPERIÊNCIA DOS
TRABALHOS DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA.

No quadro da áreas sócio-econômicas que marcam a paisagem brasileira, a Amazônia tem um relêvo singular. Já vimos que foi por ela que principiou, no Brasil, a experiência do planejamento regional, infelizmente não levado ao campo da execução. Constituindo a maior extensão de floresta densa, tropical, e a maior rêde hidrográfica do mundo, tem a povoá-la grupos dispersos, distanciados, que oferecem índices de crescimento normal baixo e condições de vida material e espiritual precários. A economia que realiza é a de tipo coletor e predatório, ligada fundamentalmente ao que a floresta e as águas fluviais proporcionam, com pequenos ensaios agropecuários e experiências industriais visando antes ao beneficiamento da matéria-prima local que pròpriamente à produção manufatureira.

Representa-se na produção extrativa vegetal, animal e mineral, na pequena lavoura de sustentação ou de juta, na exploração dos diamant-

tes do Tocantins, Rio Branco, indústria de beneficiamento de castanha óleo de pau-rosa, lavagem de borracha, beneficiamento de babaçu, serriarias e pouco mais. A usina de juta de Manaus, verdadeiramente notável, está no nascedouro. A similar de Santarém não passou, até agora, da edificação dos pavilhões onde deverá ser instalada a maquinaria ainda não adquirida. A refinaria de petróleo, localizada em Manaus, encontra-se em fase de lançamento da fundação. Das usinas termoelétricas, planejadas para Belém e Manaus, não estão funcionando senão dentro de um a dois anos. Os plantéis do Rio Branco, baixo Amazonas e Marajó não se têm desenvolvido com ritmo animador. O gado do baixo Amazonas sofreu perdas imensas com as enchentes do ano findo. O gado do Rio Branco diminuiu em quantidade e perde o pêso à falta de boa pastagem e de tratamento contra as enfermidades que o assaltam. O gado do norte de Goiás, êsse cresce, sem, porém, grande valor econômico, pela distância em que se encontra dos centros de consumo.



Fig. 1 A fotografia mostra um carregamento e o desembarque de fardos de juta na Amazônia (Óbidos). Tem logrado interesse na Amazônia a cultura da juta, crescendo a sua produção de ano para ano. Foram várias as pequenas usinas que se organizaram para a seleção, limpeza e enfardamento da fibra em bruto; mais recentemente, em 1954, a Companhia Brasileira de Fiação e Tecelagem de Juta montou uma usina moderna, que não só beneficia o produto como o industrializa (fiação e tecelagem). (Foto T. SOMLO)

A indústria do peixe é realizada por métodos rotineiros. O que o índio ensinou é o que ainda hoje se faz. As cidades e vilas, excetuadas as capitais, não se apontam como centros urbanos, mas, na realidade, como expressões de geografia política. As estradas de ferro são ainda

aquelas do começo do século — Bragança, Tocantins e Madeira-Mamoré. As estradas de rodagem do Pará são, de toda a região, as melhores. Só agora estão sendo objeto de atenção. O transporte por via fluvial bastava. O transporte, por via aérea, êsse sim, toma proporções, com linhas das companhias particulares e da FAB, que já fazem a ligação de todas as várias subregiões amazônicas.

A respeito dos solos amazônicos há divergências violentas. A laterização das terras processa-se vertiginosamente, assegura-se. Será verdade? Vivemos, no momento, impressionados com a conclusão de que, espaço tropical, não assegura rentabilidade necessária, bastante, suficiente a qualquer empreendimento agrário de vulto. A pluviosidade intensiva é indicada como fator negativo. A agricultura que se realiza, em conseqüência, é uma agricultura a prazos curtos, sem sedimentação. O subsolo, de outro lado, vem sendo indicado como pobre para operações industriais de certa envergadura. “Os solos da Amazônia, declara a Comissão de Planejamento da Valorização Econômica da região, não estão suficientemente estudados para que se justifiquem conclusões negativistas sobre êles. Dos fatores físicos que condicionam a vida das plantas, a temperatura e a água são favoráveis, na Amazônia, e o solo, a julgar pela pujança do seu revestimento florístico e o vigor da renovação nas áreas desmatadas, não parece péssimo. De qualquer forma, existem, na Amazônia, pelo menos quinze milhões de hectares de solos de terra firme localizados nos baixos e altos rios, também reconhecidos de boa qualidade para agricultura. Sendo uma terra tropical, quente e de pluviosidade abundante, é possível que não haja na Amazônia terras agrícolas comparáveis às da Ucrânia ou do meio oeste dos Estados Unidos, mas há terras agrícolas satisfatórias para o cultivo dos vegetais de curto ciclo vegetativo, principalmente, de espécies arbóreas. As terras de boa qualidade conhecida existem em quantidade maior do que as necessidades presentes e de futuro imediato da região.

Essas terras, sendo terras tropicais, situadas em região quente, muito iluminada e de elevada pluviosidade, exigem técnicas específicas de cultivo que as defendam do empobrecimento causado, depois do desmatamento, pela erosão e pela oxidação direta da matéria orgânica em função da luz e do calor. Explorá-las é, ainda, um problema de escolher as plantas próprias para as condições específicas de cada tipo de solo”.

A literatura negativa que se escreve, sob a responsabilidade de homens de ciência que vêm tomando contacto com a região, contacto nem sempre longo, as mais das vezes mesmo rápidos, muito rápidos, literatura que vem sucedendo àquela outra ufanista, de entusiasmo ante o quadro proporcionado pela exuberância da floresta e o volume da rede hídrica, por isso mesmo é uma literatura que não devemos aceitar sem maiores considerações, e confundir com a que deve resultar das observações e das análises demoradas, que estão em princípio e não poderão ainda ser trazidas ao debate como conclusão definitiva.

Seu processo de formação e integração no Brasil começou em fins do século XVI, quando ingleses e holandeses tentaram criar bases permanentes de ocupação pelas feitorias comerciais, pequenas casas fortes e intimidades com a multidão gentia que cooperou, sem dificuldades, nesse primeiro contacto com aquêles europeus ousados. A partida ganha pelos portugueses, vindos do nordeste, garantiu-lhes o empreendimento da penetração em direção à fronteira andina. O episódio da luta para o desbravamento da hinterlândia contra os primitivos que a habitavam só agora começa a ser conhecido nas minúcias, o que já vai permitindo compreender que se escreveram, na Amazônia, de seiscentas a oitocentas páginas de tanto conteúdo sensacional como as que se escreveram nas outras regiões brasileiras.

Durante êsse período, sertanistas, religiosos, colonos, militares, autoridades, num afã incessante, enfrentaram a adversidade geográfica e social vigente, ampliando o espaço territorial e lançando os fundamentos maiores do empreendimento econômico e cultural que, no fim de contas, significava empresa política ou geopolítica por excelência. Fêz-se, então, uma experiência em matéria de lavoura de sustentação e de espécies econômicas como o cacau, a cana, o café e o algodão, e iniciou-se a criação do gado, formando-se os plantéis iniciais e que são ainda hoje os plantéis em exploração. O aproveitamento da riqueza piscosa processou-se de acôrdo com a técnica indígena, sem maiores lances que o da própria e imediata incorporação à dieta regional. A floresta, com a multiplicidade de espécies que a distinguem, é que constituiu, no entanto, o fundamento maior, ponderável, da atividade econômica. A exploração e o comércio de madeiras teve sua origem nessa fase. Comércio a distância, com a exportação que se fêz para a Europa portuguesa para atender em particular às obras que o governo empreendia. Todo o vasto conjunto de especiarias locais mereceu a atenção dos colonos e dos mercadores para o giro regional e o giro exterior. Imaginou-se, na oportunidade, que a Amazônia substituiria o Oriente, que Portugal estava perdendo na produção das mercadorias que haviam assegurado ao Reino a sua base de esplendor mercantil.

Criou-se uma sociedade mestiçada, para as competições com a rudeza do ambiente. A técnica usada em tôda essa movimentação econômica foi a técnica solicitada ao gentio, que identificou a riqueza florestal e animal, serviu de guia, trabalhou nas searas agrícolas, na exploração da especiaria, movimentou as embarcações para o transporte de cargas e passageiros, serviu de soldado para assegurar a soberania nas áreas de fronteira em fricção, deu estrutura, conseqüentemente, a todo o sistema que, sob a dominação portuguesa, caracterizou a vida amazônica.

Essa situação social e econômica, no século XIX sofreu algumas alterações. O Amazonas e seus afluentes passaram a ser freqüentados não mais pelas embarcações de tipo indígena, mas pelo barco a vapor, introduzido por MAUÁ. O dinheiro amoedado, entrando a circular, concorreu,



Fig. 2 — Aspecto da floresta amazônica no qual se destacam, particularmente, as numerosas epífitas, formando um denso emaranhado, do andar arbóreo para o chão. Notar no primeiro plano o segundo andar da floresta equatorial, constituído de vegetação arbustiva, inclusive várias espécies de pequenas palmeiras. Sob ele há um andar inferior, de gramíneas. (Foto ESSO)

nas transações comerciais, sem grandes estímulos, é certo, com o sistema do escambo. Experimentou-se a imigração estrangeira. Abriu-se a região às bandeiras estrangeiras. A agricultura que se desenvolvia foi, porém, abandonada pelo *rush* da borracha, que avolumou, a principiar de 1870. Abriram-se os seringais nos baixos e altos rios. A frente pioneira, marcada com a presença do imigrante nordestino, cearense principalmente, ampliou-se consideravelmente. Com o ciclo gomífero em esplendor, a Amazônia viveu um período de euforia, que se pode constatar com as duas cidades capitais — Belém e Manaus, que se renovaram e engrandeceram na base dos recursos que o estados do Pará e Amazonas auferiram. Auferiram sem dar um passo, sem praticar um ato que visasse, senão ao aproveitamento realístico, pragmático, daquela fortuna que estava entrando nas arcas oficiais e privadas, pelo menos à execução de uma política assecuratória de continuidade e de crescimento na produção das árvores lactíferas.

E não se diga que a região não ouvira vozes indicando os perigos da corrida desenfreada e da atividade impiedosa que marcava o momento. Vozes de nacionais e de estrangeiros se fizeram ouvir, indicando a necessidade, a urgência de programas de trabalho visando a dotá-la dos recursos permanentes à sua continuidade. Homens como TENREIRO ARANHA, PIMENTA BUENO, SILVA COUTINHO, KEELER LEUZINGER, em artigos, em exposições oficiais, em livros sugeriram a conveniência da formação dos seringais de plantação, em que se aproveitasse a terra para outras culturas de rendimento a longo e curto prazo e a criação de gado, destarte dando-se estabilidade ao homem, à família e à sociedade, em formação, e que não conseguira ainda, à falta de um fundamento de fixação, estabilizar-se e prender-se em definitivo ao meio. No ano de 1865, o governo imperial tomou conhecimento de um projeto de envergadura, nesse sentido, proposto ao Ministério de Agricultura, Comércio e Obras Públicas pelo presidente do Pará, Dr. JOSÉ VIEIRA COUTO DE MAGALHÃES e pelo engenheiro e amazonólogo eminente Dr. JOÃO MARTINS DA SILVA COUTINHO. KEELER LEUZINGER fora além — previra, ante o uso de técnicas primitivas, rudes, destrutivas, ante a corrida dos preços e as exigências dos mercados consumidores, o aparecimento do que ele chamara de sucedâneos, preparados nas usinas, e que não são outra coisa senão os sintéticos de nossos dias.

O processo de desbravamento, ocupação e exploração do mundo amazônico caracterizou-se, assim, pelo desordenado. Os homens que o realizaram não dispuseram de qualquer assistência, seja de ordem material, seja de ordem espiritual. Tudo se fêz com um sentido de aventura que deu um relêvo espetacular aos que a proporcionaram, mas não assegurou a continuidade e a estabilidade necessárias. Decorridos trezentos anos de criação política da área, o caráter pioneiro da empresa amazônica continua vigorando, como se a sociedade que o efetua estivesse vivendo com um século de retrocesso ou tivesse parado, amarrada

a estilos de vida que estão desaparecendo de todos os quadrantes do mundo.

Com a derrocada provocada pela concorrência da borracha oriental, a Amazônia passou a experimentar dias de retrocesso. Providências isoladas não deram, como não podiam dar, resultados satisfatórios. Os estados do Pará e Amazonas entraram em colapso. Suas rendas baixaram consideravelmente. O funcionalismo público passou a experimentar as agruras resultantes da falta de pagamento. No Amazonas houve períodos em que os servidores estaduais receberam apenas um mês de vencimentos. A reação pelo trabalho, pela criação de novas fontes de vida, não se verificou, pelo menos com a intensidade necessária. Iniciativas isoladas não tiveram repercussão. Não se voltou ao passado agrário de antes de 1870. Teimou-se, antes, em aguardar o milagre da valorização dos preços da borracha extrativa.

Uma Comissão Mista Brasileiro-Norte-Americana, que inventariava os recursos regionais, em particular no tocante à possibilidade do incentivo à produção de borracha, e de que fizeram parte figuras exponenciais da ciência experimental brasileira, profissionais como AVELINO INÁCIO DE OLIVEIRA e GERALDO KUHLMANN, procedeu a um reconhecimento de certa amplitude. O Serviço Geológico e Mineralógico do Ministério da Agricultura, de seu lado, também promoveu reconhecimentos, procurando obter a maior soma de dados possíveis sobre a região. GLYCON DE PAIVA, é um dos que participaram desses reconhecimentos, pode esclarecer o que de seguro foi obtido.

A necessidade de vitalizar a Amazônia, que constituía espaço aberto a qualquer aventura imperialista, era visível. Dela se afirmavam possibilidades incalculáveis. Já nos princípios do século, às vésperas do conflito acreano, estivera em perigo. A concessão daquelas terras setentrionais, que estávamos tornando brasileiras pela ocupação e pela exploração intensiva, a uma companhia estrangeira, como se fôsse possível a existência, na Sul América, naquela fase, de uma empresa de colonização do tipo das que operavam na África e na Ásia sob a proteção de Estados poderosos e a serviço dos interesses capitalistas sem entranhas, evidenciara o perigo. Sob o Império, permitam a digressão histórica, necessária ao melhor entendimento do assunto, executara-se a política da porta cerrada. Impedira-se, teimosa mas patrioticamente, a penetração estrangeira sem freios. Fôramos acusados de nacionalistas exagerados, vislumbrávamos fantasmas, o que significava a nossa falta de maturidade política. Não compúnhamos uma soberania na posse plena de seus atributos, mas uma soberania que se arreceiava da cooperação estrangeira, o que importava numa flagrante subestimação de sua vitalidade política. Os recalques de inferioridade superados, começou-se a pensar mais ativa e decididamente no destino da região. Sua condição de área subdesenvolvida precisava merecer a consideração do poder federal, formando-se, de 1930 em diante, um estado de consciência em torno dos problemas de base do país, em crescimento desordenado. As

correções impunham-se. Com relação à Amazônia, decretaram-se providências isoladas: criação de três territórios federais — Amapá, Guaporé, Rio Branco, encampação da companhia que explorava os serviços de navegação interior e o pôrto do Pará, funcionamento do Serviço Especial de Saúde Pública e estabelecimento do Banco da Borracha, hoje Banco de Crédito da Amazônia.

O conflito mundial que nos levou à participação militar e econômica no advento do novo ciclo histórico, impôs a atuação do poder público federal para a região. O Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) e o Banco da Borracha, criados com a cooperação financeira e técnica norte-americana, foram uma consequência imediata da situação criada com a guerra. Havia necessidade de borracha. O Oriente que a produzia, na base da hevecultura, estava em poder dos japoneses. E sem borracha não se poderia ganhar a guerra. Recrutou-se pessoal no Nordeste para a restauração dos seringais. Recrutou-se sem um sentido realístico do que era a extração da borracha. Falara-se aos que se buscavam para o “corte das madeiras”, numa batalha de retaguarda, a ser levada a efeito numa operação bem comandada sobre a floresta.

O “brabo” que chegou não podia produzir o que se lhe exigia. Os resultados ficaram, como era de esperar, muito abaixo do que fôra idealizado tão românticamente. Finda a guerra, extintos os acordos de Washington, por meio dos quais se assentara o negócio gomífero para a vitória aliada, despontou o problema da utilização da borracha extrativa. O governo federal entrou no mercado fixando o preço e criando um órgão para discipliná-lo. A indústria nacional em breve consumia quanto os seringais silvestres forneciam, exigindo mais a importação do produto oriental.

A Assembléia Constituinte de 1946, do mesmo modo por que determinou a aplicação de recursos da União, estados e municípios na execução de um plano de colonização do São Francisco, elaborou idêntica providência quanto à Amazônia.

Diz o artigo 199 da Constituição de 18 de setembro de 1946:

“Art 199 — Na execução do plano de valorização econômica da Amazônia, a União aplicará, durante, pelo menos, vinte anos consecutivos, quantia não inferior a três por cento da sua renda tributária.

Parágrafo único — Os estados e os territórios daquela região, bem como os respectivos municípios, reservarão para o mesmo fim, anualmente, três por cento das suas rendas tributárias. Os recursos de que trata êste parágrafo serão aplicados por intermédio do governo federal”.

No cumprimento do que fixou a referida disposição constitucional, o Congresso votou a lei n.º 1 806, de 6 de janeiro de 1953, criando a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e estabelecendo as linhas centrais do que deveria compreender-se no campo

de operações a planejar. Essas linhas centrais podem ser assim resumidas: “promover o desenvolvimento da agricultura e a exploração da floresta em termos de maior rendimento e melhor técnica de trabalho, fomentar o criatório e a pesca e indústrias decorrentes, promover o aproveitamento dos recursos minerais, incrementar a industrialização das matérias-primas, realizar um plano de viação, promover a recuperação permanente das terras inundáveis, estabelecer uma política de energia, uma política demográfica, desenvolver o sistema de crédito bancário regional e as relações comerciais com os centros de consumo e abastecedores, nacionais e estrangeiros, proceder a pesquisas científicas, à formação dos quadros técnicos necessários ao desenvolvimento da região, incentivar o capital privado para que se integre nos propósitos oficiais de valorização, manter serviços de divulgação das possibilidades e realidades regionais, orientar a organização administrativa conveniente às necessidades e singularidades locais, inclusive coordenando o melhor entrosamento entre os órgãos federais, estaduais e municipais”.

Pela lei, o superintendente presidirá a uma Comissão de Planejamento de 15 membros, sendo 6 especialistas, de livre escolha do chefe do governo, e nove representando os estados e territórios compreendidos na área por valorizar. Começaria a valorização por um programa de emergência, a ser elaborado, dentro de três meses, seguido de um plano quinquenal, o primeiro dos quais deveria estar pronto dentro de nove meses a contar da instalação da Comissão. Em nove meses portanto, a Comissão teria de elaborar um Programa de Emergência e um Primeiro Plano Quinquenal, para uma região sobre que se sabia com insegurança e onde tudo estava por fazer.

O Programa de Emergência compreenderia:

- a) a continuação das obras e serviços que forem partes necessariamente integrantes do Plano, iniciados e mantidos por conta da verba de valorização econômica da Amazônia;
- b) os projetos e empreendimentos de natureza urgente e os básicos, já devidamente estudados e considerados indispensáveis, de qualquer sorte, à valorização econômica da Amazônia;
- c) os projetos e empreendimentos que devam ser considerados preliminares ou preparatórios da organização definitiva do Plano.

Os planos quinquenais seriam desenvolvidos em programas discriminados e fundamentados técnica e economicamente, com as previsões do tempo em que se achem realizados, as aplicações anuais, os recursos técnicos e financeiros, e a indicação dos mecanismos administrativos e financeiros interessados.

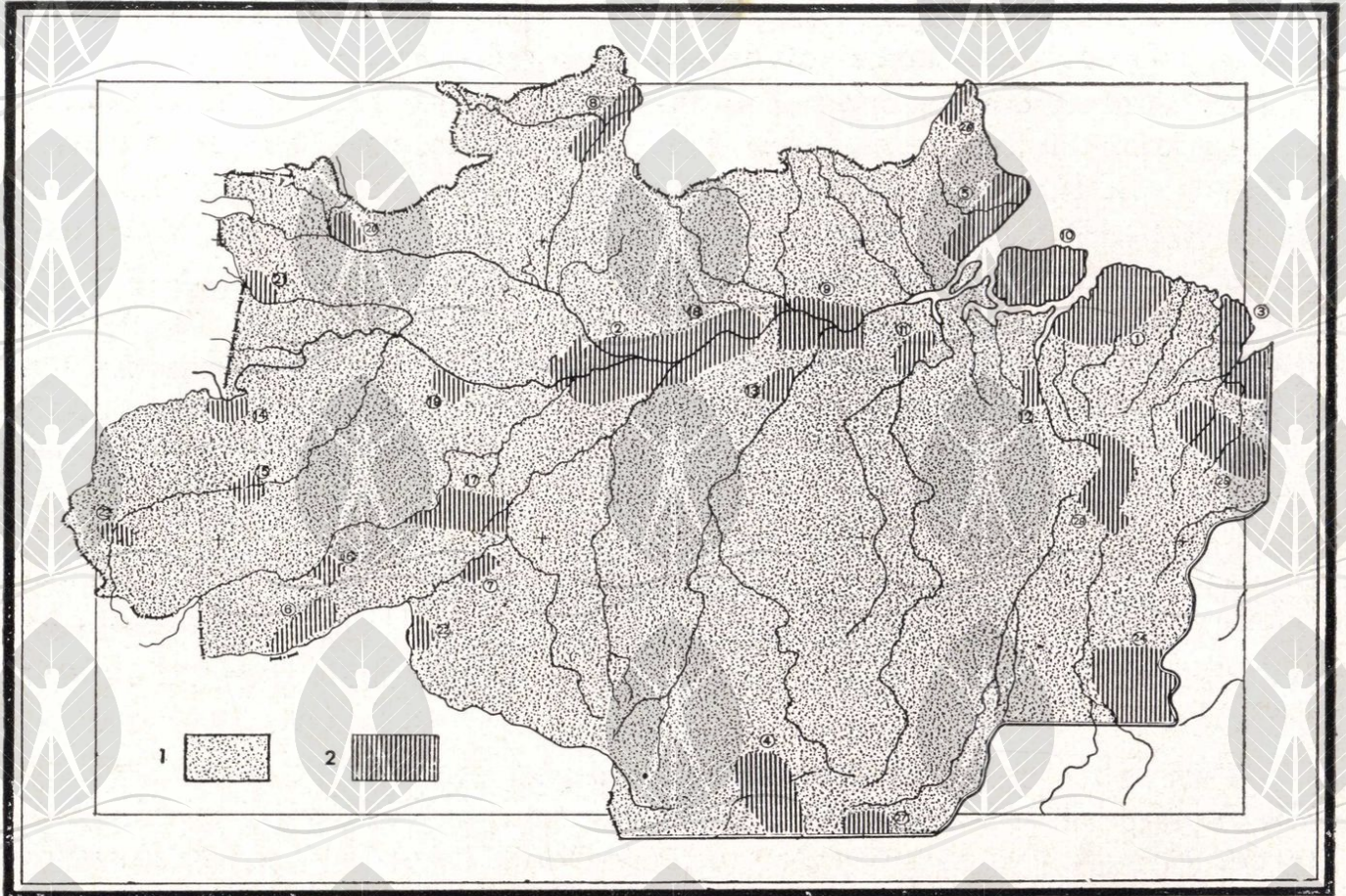


Fig. 3 — Zoneamento para o planejamento econômico de acordo com o Primeiro Plano Quinquenal: 1) Área incluída no Plano de Valorização Econômica da Amazônia; 2) Áreas selecionadas para recuperação no Primeiro Plano Quinquenal.

O primeiro superintendente foi nomeado em fins de junho e empossado a 1.º de julho. A Comissão foi nomeada em agosto. A instalação da Superintendência e respectiva Comissão de Planejamento efetuou-se em Belém, onde têm sede, a 21 de setembro. Só a 9 de outubro conseguiu o superintendente o regulamento do órgão que dirigia e da Comissão que, de seu lado, elaborou o respectivo regimento interno, entrando, logo a seguir, nos seus trabalhos funcionais.

A organização provisória do corpo técnico de assistentes e dos serviços de rotina burocrática, necessários ao funcionamento da SPVEA, não pôde ser realizado com rapidez. Faltava, na região, o pessoal qualificado. E para dificultar ainda mais o trabalho, surgia logo, desencorajando, o problema dos vencimentos. Uma tabela, elaborada estritamente de acordo com o mercado de trabalho local, mereceu a crítica impiedosa do DASP. Aos assistentes técnicos, que seriam pedólogos, geógrafos, economistas, botânicos, geólogos, sanitaristas, ecólogos, agrônomos, profissionais habilitados, essenciais à primeira fase do cometimento, isto é, ao planejamento que se exigiria dentro de prazos ridiculamente exíguos, queria impor-se o vencimento de carreira inicial do serviço público federal — menos de Cr\$ 4 000,00 (quatro mil cruzeiros).

Um membro da Comissão de Planejamento, o Dr. CANEDO DE MAGALHÃES, que seria conquista das melhores, não pôde aceitar a comissão, por mais acentuado espírito público que possuísse, pois que o que se lhe

oferecia não lhe permitia sacrificar a cátedra que exerce nesta capital e os encargos profissionais que o prendem aqui.

As dificuldades eram evidentes e muito sérias. Não esmorecemos. Solicitamos o concurso de tôdas as entidades públicas e privadas da região. Recebemos um mundo de pleitos, que evidenciavam a ausência de consciência realística sôbre o que deveria entender-se como valorização da Amazônia. Como agir? Como realizar?

A Amazônia, para os fins do planejamento, não é apenas a Amazônia clássica de florestas densas e águas abundantes, várzeas ricas em húmus. Pela lei n.º 1 806, compreende: estados do Pará e do Amazonas, territórios federais do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco, e, ainda, a parte do estado de Mato Grosso a norte do paralelo de 16º, a do estado de Goiás a norte do paralelo de 13º e a do Maranhão a oeste do meridiano de 44º. São, assim, 2/3 do Brasil, isto é, 5 030 109 quilômetros quadrados, com uma população estimada em 3 549 389 habitantes, acusando, portanto, a densidade irrisória de 0,7 habitantes por quilômetro quadrado.

Propôs-se, então, aos planejadores, a pergunta: como proceder para o planejamento da valorização de tamanho, tão desconcertante e multiforme espaço? Devíamos escolher uma determinada área ou ao mesmo tempo várias áreas? Os problemas, em si complexos, mas de tal modo a entrelaçar-se, deviam ser objeto de prioridade ou atacados ao mesmo tempo?

É preciso não esquecer que, sendo o espaço por valorizar parte integrante de cinco estados e quatro territórios, o fator político teria de ser considerado. A própria representação dos estados e território na Comissão de Planejamento já significava a importância do fator político. Esse fator não devia, no entanto, interferir em profundidade, do contrário teríamos de sacrificar a unidade regional, unidade aqui entendida como todo, como conjunto, e não como área perfeitamente igual em tôda sua extensão, em favor das particularidades estaduais e territoriais.

Ademais, o Congresso Nacional vinha, há cinco anos, utilizando a verba constitucional dentro do critério da porcentabilidade que adotava por estados e territórios. Havia, em consequência, uma tradição de atendimento, com recursos da União, das exigências, fundadas ou não, dos estados e territórios amazônicos. Fizera-se, mesmo, o que, em mensagens presidenciais, foi chamado de pulverização das verbas.

A Comissão de Planejamento deu o passo inicial cogitando de fixar clara e objetivamente uma concepção preliminar de valorização. Concepção preliminar. Porque "o desenvolvimento dos estudos e a experiência dos empreendimentos poderão justificar retificações ou mudanças de posição futuras". Por tal concepção, é a valorização executada por determinação constitucional (art. 199 e seu parágrafo único da Constituição Federal) e obedecendo a um critério técnico de seleção dos problemas da região amazônica e à prioridade que devem ter em sua exe-

cução pela importância que apresentem no sistema econômico em que se incluem (art. 4.º da lei n.º 1806, de 6 de janeiro de 1953).

As linhas gerais do Plano estendem-se na direção dos pontos cardeais da unidade regional que a Constituição denomina Amazônia, sem qualquer sentido de anulação, interferência, incorporação ou execução de traçados, programas, projetos, obras e empreendimentos que estejam a cargo dos órgãos federais, estaduais, territoriais, municipais ou autárquicos, criados com finalidades técnicas e executivas expressas em lei, salvo quando reconhecida, através de estudos e pronunciamentos de seus órgãos de planificação, a necessidade de entrosamento desses programas com os objetivos gerais da valorização da Amazônia, observadas as normas legais de cooperação, mediante os convênios que forem firmados.

A valorização econômica da Amazônia executa-se com os recursos fornecidos pelo povo brasileiro e deve ser entendida como obra política, visando à integração territorial, econômica e social da região amazônica na unidade nacional.

Por esse motivo, a valorização econômica da Amazônia deve ter como objetivo não somente o progresso das áreas de mais fácil acesso e economicamente mais produtivas, como também a ocupação e desenvolvimento da Amazônia como um todo, especialmente as regiões de fronteiras.

A economia da Amazônia deve ser desenvolvida em correlação com a economia do Brasil em geral e visando aos seguintes objetivos:

- a) criar na Amazônia uma produção de alimentos pelo menos equivalente às suas necessidades de consumo;
- b) completar a economia brasileira, produzindo na Amazônia, no limite de suas possibilidades, matérias-primas e produtos alimentares importados pelo país;
- c) promover a exploração das riquezas energéticas e minerais da região;
- d) desenvolver a exportação das matérias-primas regionais;
- e) converter, gradualmente, a economia extrativista, praticada na floresta, e comercial praticada nas cidades, em economia agrícola e industrial;
- f) estimular a criação da riqueza e a sua movimentação através de sistemas de crédito adequados;
- g) elevar o nível de vida e de cultura técnica e política de suas populações.

Assentado o princípio norteador que respondeu àquelas dúvidas iniciais, passou-se ao programa de emergência. A falta de informações

era considerável. Um inquérito para verificar as possibilidades de cooperação técnica e de campo dos serviços governamentais apresentou um quadro negativo: não estavam aparelhados. Exceção dos SNAPP, que tinham programa de renovação de sua frota em andamento, do Instituto Agrônomo do Norte, SESP e Serviço Nacional de Malária, os demais, inclusive os estaduais, não dispunham de recursos nem de dados de que nos pudéssemos valer.

O Departamento de Portos, Rios e Canais, Secção do Pará, trabalhava, no Marajó, na abertura e limpeza dos cursos d'água locais, há vários anos. Chamado a apresentar os projetos, os estudos em que se baseara para os serviços em execução, não os pôde apresentar. E não os pôde apresentar porque jamais os possuía.

A programação de emergência foi elaborada no prazo estabelecido pela lei, isto é, três meses. Abrangia os setores de recursos naturais, agricultura, pecuária, piscicultura, saúde, alimentação, transportes, comunicações e energia, desenvolvimento cultural e crédito e comércio.

O Congresso atribuíra à Comissão, para o Programa de Emergência, Cr\$ 300 000 000,00 (trezentos milhões de cruzeiros) a que devíamos somar Cr\$ 30 000 000,00 (trinta milhões de cruzeiros) provenientes dos 3% da renda tributária dos estados e municípios amazônicos.

Os investimentos foram assim orçamentados:

I — DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO

a. Fomento à produção agrícola e sua defesa sanitária ..	11 280 000,00
b. Produção pecuária e sua defesa sanitária	12 580 000,00
c. Mecanização da lavoura	20 600 000,00
d. Colonização	18 460 000,00
e. Pesquisas	2 900 000,00
	<hr/>
	65 820 000,00

II — TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E ENERGIA

a. Energia elétrica	55 170 000,00
b. Rodovias	13 600 000,00
c. Ferrovias	6 000 000,00
d. Instalações portuárias	10 500 000,00
e. Aeroportos	490 000,00
	<hr/>
	85 760 000,00

III — DESENVOLVIMENTO CULTURAL

a. Ensino primário fundamental	3 500 000,00
b. Ensino médio especializado	9 100 000,00
c. Ensino superior	2 000 000,00
d. Instituições educacionais de base	1 450 000,00
e. Formação de especialistas	3 000 000,00
f. Divulgação científico-cultural	950 000,00
	<hr/>
	20 000 000,00

IV — RECURSOS NATURAIS

a. Investigações científica, vegetal, mineral e pesca	31 460 000,00
b. Estudo dos fenômenos que assolam a região	2 000 000,00
	<hr/>
	33 460 000,00

V — SAÚDE

a. Preparação e aperfeiçoamento de pessoal	2 475 000,00
b. Serviços básicos de saneamento	19 748 000,00
c. Assistência médico-sanitária e médico-social	21 115 000,00
d. Laboratórios	3 980 000,00
e. Contrôles das doenças transmissíveis	17 600 000,00
f. Nutrição	19 267 000,00
g. Bioestatística, propaganda e educação sanitária	775 000,00
	84 960 000,00
	330 000 000,00

Aprovado o Programa de Emergência, a Comissão de Planejamento entrou a cogitar do Primeiro Plano Quinquenal. A experiência alcançada era grande. Seus integrantes já estavam à vontade para os entendimentos recíprocos e para a manipulação do material a utilizar. Solicitara-se tôda uma minuciosa informação aos estados, territórios e municípios para que se pudesse ter um quadro o menos imperfeito possível das condições da região e do que deveria abranger o Plano. Nem sempre os questionários voltavam, e quando voltavam, perfeitamente respondidos.

O vício dos pedidos de favores e benefícios, que se arraigara, precisava ser enfrentado. Porque do contrário, ao invés de um Plano Quinquenal, iríamos continuar a elaborar orçamentos para satisfazer pleitos, razoáveis ou não, de instituições e serviços que funcionavam na base desses recursos. Todo um vasto trabalho, diga-se, a bem da verdade, de realizações materiais, no decorrer da aplicação pura e simples feita no orçamento, pelo Congresso, fôra promovido. Muita coisa útil, principiada ou concluída. As ordens religiosas e os serviços especializados de saúde tinham existência a custa de tais recursos. Os serviços de rotina governativa da União pagavam-se à custa deles. Decidiu-se vetar tudo. O Plano não teria o caráter assistencial. Seria, e isso é que está certo, realmente, um plano disciplinando a aplicação dos recursos legais dentro de um objetivo e dentro de programas específicos. Haveria unidade de direção e objetivos. E, desse modo, cumpriríamos a lei.

Não se alterou a linha diretriz do Programa de Emergência. A concepção preliminar não foi modificada. A esquematização e a ordenação dos campos de atividade também não sofreram qualquer mudança. O planejamento esbarrava, porém, como a falta de conhecimento da região, nas minúcias, nas intimidades. Que se sabia em profundidade sobre o solo, sobre o subsolo, sobre a floresta, sobre a própria água? O espaço imenso não fôra ainda penetrado em todos os seus ângulos. Trechos sem conta jamais haviam sido atingidos pelo homem branco. A Comissão, “constrangida entre a obrigação do prazo legal e a necessidade de apresentar um planejamento bom, baseado e deduzido com lógica, não teve outra alternativa, confessou, que não fôsse o estabelecimento de um plano que, em suas linhas fundamentais, visa a obter o conhecimento dos dados ainda ignorados da realidade geográfica,

social e econômica e o estabelecimento de um plano de trabalho à base dos dados existentes e conhecidos, que possa atender às operações imediatas da região e da nação”.

O planejamento, em consequência, apresentou um caráter de preliminar, constituindo o que se pode chamar de tomada de posição em face do problema, planejamento a ser revisto anualmente, como a própria lei n.º 1 806 já previra, para ajustar-se à realidade que fôr sendo verificada e às contingências da própria conjuntura nacional e regional.

De logo, porém, assentou, mantendo os princípios da concepção preliminar, que os objetivos a alcançar através do plano eram:

- a) assegurar a ocupação territorial da Amazônia em um sentido brasileiro;
- b) construir na Amazônia uma sociedade economicamente estável e progressista e que seja capaz de, com seus próprios recursos, prover a execução de suas tarefas sociais;
- c) desenvolver a Amazônia num sentido paralelo e complementar ao da economia brasileira.

A recuperação das populações amazônicas será, portanto o primeiro objetivo a atingir. Essas populações não são suficientes para o vulto da empresa. Seu crescimento vegetativo tem sido obstado pela atuação de várias causas: epidemias, endemias, emigrações. Pensar na vinda de imigrantes estrangeiros é, no momento, um tanto fantasioso, dada a condição de vida primária, própria para o pioneirismo, a que não se sujeita mais o europeu do século XX. A imigração nordestina, tradicional, uma vez em funcionamento total a hidrolétrica do São Francisco, assegurará, nas cidades que se industrializarem, um mercado de trabalho suficiente para interromper o vaivém imigratório para a Amazônia. O elemento japonês, que se aclimou bem na região, é o elemento com que contar no momento, disponível para a obra de valorização. Os japoneses que estão chegando são, no entanto, sem relêvo numérico. Nucleam-se no Amapá, Guaporé, Pará e Amazonas. Vão ser encaminhados ao Acre e ao território do Rio Branco. São imigrantes selecionados. Ordeiros, trabalhadores, possuem, sobre os nossos caboclos, uma superioridade cultural evidente. Estão sendo nucleados de modo a não permitir o enquistamento, em meio a grupos brasileiros. Seus filhos freqüentam escolas brasileiras. Operam na produção de gêneros alimentícios e na cultura de seringais, cacau, café, juta, pimenta-do-reino. Vivem no melhor entendimento com os nossos nacionais.

Não é isso, porém, suficiente. As populações tradicionais precisam ser chamadas a cooperar, a participar da valorização e a dela receber os benefícios a que têm direito. Como atraí-las, como assegurar-lhes condições de vida dignas, como vencer o nomadismo a que se habituaram e nucleá-las melhor para o trabalho ordenado? O plano de colonização responde às perguntas. Mas o plano de colonização, em si mesmo, tem de ser ajustado à escolha prévia de áreas de trabalho, ante o espaço

desmedido e a exigüidade de pessoal para tamanha tarefa. Impunha-se, em consequência, o zoneamento da região, por meio do qual se fixassem as áreas a receber as inversões. Obedeceu-se, para tal, a dois critérios: um econômico e outro político.

O de caráter econômico atendeu a:

- 1) zonas com populações escassas.
- 2) zonas circunscritas a núcelos urbanos importantes.
- 3) zonas onde haja facilidades especiais de transporte.
- 4) zonas com bons ou medianos solos agrícolas.
- 5) zonas onde condições especiais permitam uma evolução industrial.
- 6) zonas marginais de estradas de ferro.
- 7) zonas particularmente favoráveis à criação de gado.

O critério político teve em vista:

- 8) zonas de fronteira.
- 9) zonas onde termine a navegação de primeira linha, com populações ativas a montante.
- 10) zonas limítrofes com o Sul e Nordeste do Brasil e por onde avança uma frente pioneira.

Evidentemente, cada zona das que foram indicadas para a recuperação apresenta problema próprio. Exige ação imediata ou não. Permite a mobilização dos recursos, ou, pela própria situação geográfica, social, econômica, autoriza uma atuação mais lenta. Diz o relator do Plano:

“O tipo de atividade a desenvolver em cada caso depende dos recursos naturais existentes, do caráter da população e dos objetivos visados na escolha da zona. Assim também o volume do esforço a empregar depende dos projetos organizados para alcançar aquêles fins.

A idéia de zoneamento é de limitar os têrmos espaciais dos problemas a proporções em que os mesmos possam ser reduzidos a projetos de aplicação prática.

Cada zona realiza em sua própria área um certo equilíbrio dos fatores de desenvolvimento e tem uma caracterização natural. Estudos posteriores serão realizados em cada zona para elaborar um projeto específico de sua recuperação e êsses estudos poderão corrigir a caracterização agora adotada, para sua melhor adaptação às necessidades ou possibilidades locais”.

Em obediência aos critérios estabelecidos, as zonas consideradas são as seguintes:

Belém/Bragança, Manaus, São Luís, Cuiabá, Macapá, Rio Branco (Acre), Pôrto Velho, Boa Vista (Rio Branco), Santarém, Marajó, Altamira, Tucuruí/Jatobal, Itaituba, Benjamim Constant, Eirunepê, Bôca do Acre, Campos do Puciari, Parintins, Tefé, Uaupês/Cucuí, Vila Bittencourt (Rio Japurá), Guajará Mirim, Cruzeiro do Sul, Paranã (Alto To-

cantins), bacia dos rios Mearim-Pindaré, Oiapoque, Poxoreu, Tocantinópolis.

O quadro que juntamos, como orçamento das despesas a efetuar, permite a visão de conjunto do plano nas suas múltiplas e complexas características e no seu conteúdo.

Será impossível resumi-lo mais. Vamos, por isso, destacar alguns itens para explicar o porque do comportamento da Comissão com relação a êles, propondo-os como de base para a valorização. Vejamos a produção agrícola, a exploração dos recursos naturais e os transportes fluviais.

Como já observei há momentos, pouco se sabe com segurança acêrca dos solos da Amazônia. As várzeas, que constituem cêrca de 10% da área amazônica, vêm sendo, desde os dias coloniais, o campo preferencial para as culturas rotativas de ciclo rápido. As terras altas, terras firmes, cobertas de florestas, não são utilizadas com a mesma intensidade. O homem tem, a fogo e a machado, de abrir campo para criar, com pastagens que não se recomendam, ou para uma lavoura alimentar. Cedo, porém, à falta de trato, essas terras altas se transformam em capoeiras. E desde logo, em consequência, se conclui que as terras altas são impróprias ao esforço do lavrador. Ninguém, no entanto, procurou verificar o que deverá ser cultivado nessas terras altas, ou como devem, tècnicamente, ser utilizadas.

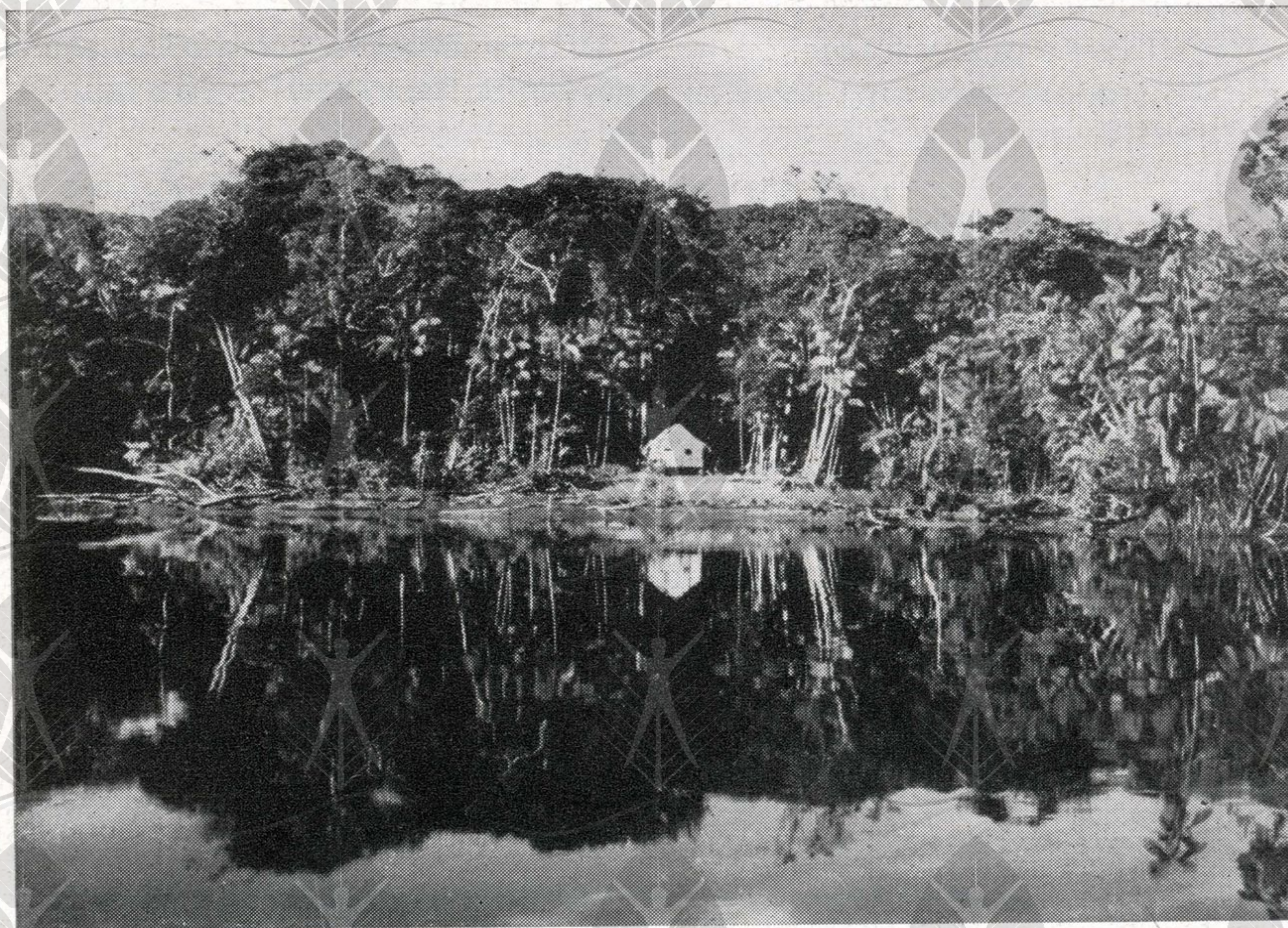


Fig. 4 — Paisagem à margem do rio Pará. Aspecto do baixo Amazonas, mostrando a floresta pujante chegando até junto do rio e, sôbre um pequeno terraço a habitação típica da várzea — a casa de madeira sôbre estacas, que a preservam das inundações nas cheias normais.

(Foto T. Jablonsky)

No Plano Quinquenal, cogitamos do problema do aproveitamento das várzeas e das terras altas. No caso das várzeas, proporcionando ao trabalhador instrumentos para que opere com mais rapidez e êxitos maiores. No particular das terras firmes, considerou-se que:

- “1 — é uma agricultura que só pode alcançar altos rendimentos com a prática de processos de fertilização artificial;
- 2 — é uma terra agricolamente perigosa, no sentido de que é trabalhada por uma pluviosidade constantemente alta, oscilando na região entre dois e três e meio metros anuais, com riscos de uma erosão extremamente rápida e ainda insolada pela ardência do sol equatorial com a conseqüente oxidação da matéria orgânica”.

Isso significa que as terras amazônicas só podem ou devem ser trabalhadas com atenção especial à sua posição topográfica e o uso de técnicas próprias que evitem do mesmo passo a erosão, o superaquecimento e a iluminação da camada superficial. Quanto à necessidade de usar fertilizantes, não constitui nenhum embaraço ao custo econômico da produção, já que tôdas as culturas agrícolas realizadas no mundo por processos avançados baseiam-se sôbre a conservação da fertilidade da terra pelo uso adequado de adubos e corretivos, para a regularização de pH, que em geral é francamente ácido.

O problema da agricultura amazônica não reside em sua impossibilidade potencial de alcançar condições econômicas satisfatórias, mas no problema de poder realizá-la dentro de condições técnicas e processos agrícolas adequados, com a escolha das plantas próprias às condições naturais do seu meio físico, e o instrumental que permita ao agricultor a realização das diversas fases de cultivo a custo em concorrência com outros agricultores melhor equipados.

O problema decompõem-se, assim, em três aspectos:

- 1) o aspecto tecnológico, ou seja, o do conhecimento das técnicas de trabalho e das plantas próprias a cada ambiente;
- 2) o do nível cultural do agricultor, que lhe permita a absorção e prática dessas técnicas;
- 3) o da capacidade econômica do agricultor, para que possa adquirir ou utilizar o equipamento necessário aos trabalhos não só de conservação do solo como também de mecanização do processo agrícola, inclusive de beneficiamento e conservação das safras.

A região carece de agricultores profissionais, existindo apenas roceiros que realizam quase que exclusivamente uma “agricultura extrativista”. A melhor maneira de ministrar conhecimentos técnicos aos que trabalham a terra será através dos processos de colonização, pois nas colônias torna-se mais simples o apoio financeiro e a posse do instrumental do trabalho necessário, assim como a assistência do agrônomo.

O mais importante efeito da colonização é, ainda, tornar possível a associação dos agricultores em cooperativas, colhendo, beneficiando e vendendo suas safras, com um sistema de preços mínimos garantidos, que defenda o produtor contra as especulações comerciais.

Entretanto, como não será possível congregiar todos os agricultores num processo de colonização, a valorização da Amazônia planejou um sistema de assistência, que constará da distribuição de sementes de boa qualidade, orientação ao agricultor sobre o tipo de cultura próprio ao seu terreno e, o que é da máxima necessidade, um sistema de crédito especial aplicado por meio de Caixas Rurais, funcionando junto aos núcleos agrícolas do interior.

A dieta de alimentos de origem animal é, por sua vez, muito pobre, nesta região, pois a Amazônia dispõe de um rebanho bovino de 2 800 000 cabeças de gado, o que equivale a dois quintos da carne que deveria ter para o abastecimento satisfatório de sua população. Os hábitos da região dão aos alimentos de origem animal posição proeminente, e a alteração desses hábitos só será possível gradativamente, no decorrer de anos. Com o desenvolvimento da agricultura, tornando mais variados e baratos os produtos de origem vegetal, verificar-se-á, logicamente, um equilíbrio alimentar.

Tendo em vista estes objetivos, a Subcomissão Agrícola planejou, para o primeiro quinquênio:

- a) alcançar a auto-suficiência alimentar na Amazônia;
- b) desenvolver a produção agrícola de matérias-primas necessárias à economia regional e nacional;
- c) desenvolver a produção dos gêneros que se cultivam na região em boas condições, de modo a alcançar saldos exportáveis.

Quanto aos alimentos de origem animal, espera-se, neste quinquênio, aumentar a população pecuária e a criação de suínos, bovinos, caprinos e aves, conseguindo melhores pastagens, cruzamento, defesa sanitária, financiamento, etc., desenvolvendo, também, a produção de peixe.

No tocante aos recursos naturais, visou-se a atender, em primeiro lugar, às necessidades do parque industrial brasileiro, como é o caso da borracha e do babaçu. O programa das seringueiras abrange o plantio de 45 000 hectares de seringueiras que, quando adultas, deverão produzir 45 000 toneladas de borracha, já que não é possível esperar que o desenvolvimento da borracha silvestre possa melhorar consideravelmente as condições nacionais de abastecimento.

O programa do babaçu compreende:

- a) a montagem no vale do rio Mearim de uma Estação Experimental destinada a estudar os problemas da silvicultura do babaçu, genética do vegetal, condições ecológicas

de seu desenvolvimento, razões de sua esterilidade, sistemas de exploração que permitam melhor rendimento, necessidades da planta, condições de solo e clima e problemas de reprodução, moléstias, pragas, conservação dos frutos, etc.

- b) montagem, anexa à Estação Experimental, de uma usina piloto para estudo e fabricação, em escala semi-industrial, dos subprodutos derivados do babaçu, estudo de sua aplicabilidade industrial e dos problemas correlatos de sua produção, transporte e comercialização.
- c) inventário florestal e pedológico de um babaçal típico, pelos métodos aerofotogramétricos previstos nos outros trabalhos de levantamento florestal na Amazônia, o planejamento de uma exploração racional do babaçal. Execução pela Estação Experimental ou mediante acôrdo com uma empresa privada, do projeto de exploração elaborado.
- d) estudo de uma máquina manual para quebrar o côco babaçu com bom rendimento e simplicidade. Esses estudos poderão, caso conveniente, ser contratados com pesquisadores nacionais ou estrangeiros ou estabelecido um prêmio ao inventor que apresentar um modelo satisfatório.

O aproveitamento imediato da matéria-prima nativa através de sua transformação em produtos industriais também foi cogitado. E com essa finalidade programou-se “a recuperação e montagem de nove grandes serrarias; o financiamento para montagem de duas fábricas de madeira contraplacadas; de uma fábrica de celulose; de duas fábricas de

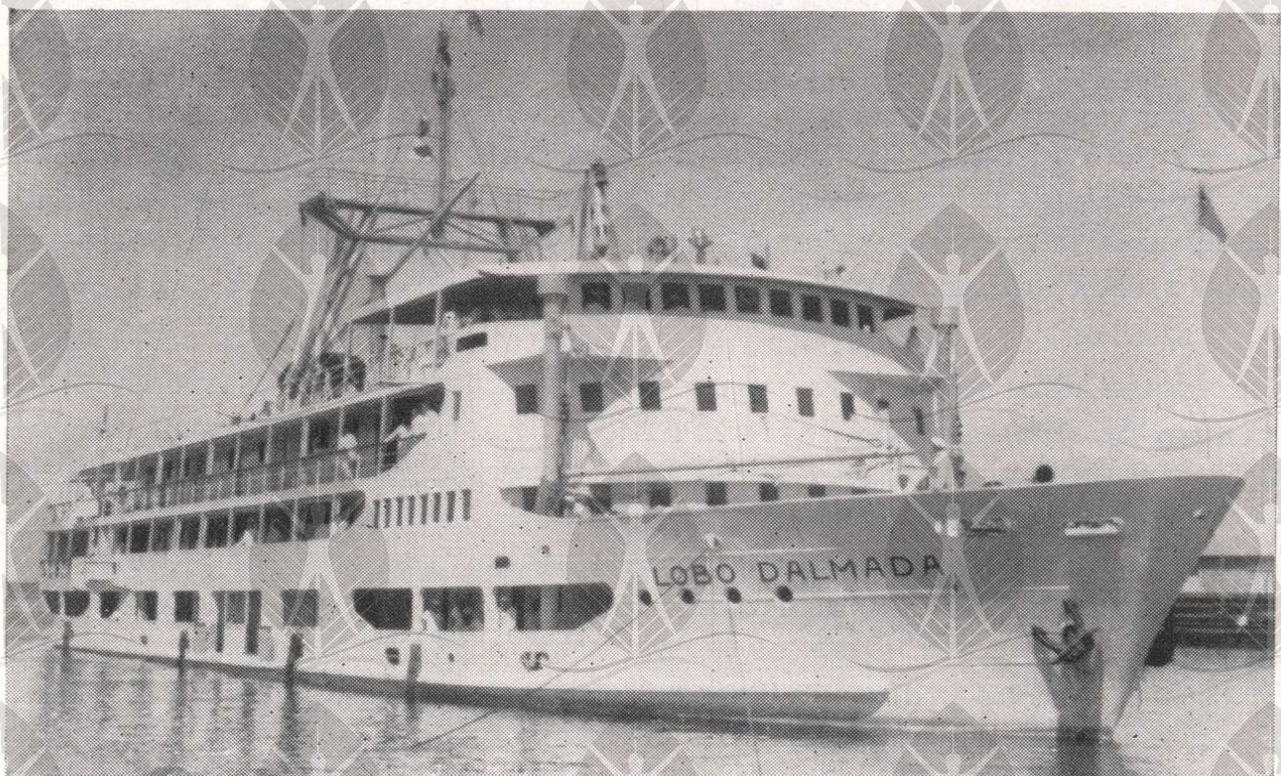


Fig. 5 — Uma das novas unidades que navegam regularmente no rio Amazonas. Os serviços de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará (SNAPP), reorganizados pelo governo federal em 1942, têm procurado restaurar, na região, a navegação em bases econômicas, e, uma de suas iniciativas tem sido a aquisição de novas embarcações (Foto Ferreira Reis)

celulose e papelão isolante, a partir da recuperação dos talos de juta; uma fábrica para destilação e aproveitamento simultâneo dos resíduos de pau-rosa na fabricação de *hard-board*; duas fábricas de cimento; financiamento à lavra de jazidas de fosfato na costa do Maranhão e à jazida de cristal de rocha no norte de Goiás; financiamento a empresas de moagem de calcários; financiamento ao término de montagem de uma refinaria de petróleo, já em funcionamento; financiamento à aquisição de barcos pesqueiros e de material de indústria de conserva de peixes e, por fim, financiamento a estaleiros para construção de embarcações de madeira”.

Quanto aos transportes e comunicações, teve-se em vista acelerar o projeto oficial de estabelecer ligações mais fáceis, permanentes e seguras entre a Amazônia e as outras regiões do Brasil. Somos o único país do mundo cujo processo de comunicação se realiza pela via marítima. E o resultado tivemos-lo na recente guerra, quando a Amazônia se sentiu desligada do Brasil e quase sente fome ante a dificuldade de receber as mercadorias que o sul e o centro do país lhe mandavam e eram essenciais à sua vida diária.

O programa dos transportes e comunicações foi concebido tendo em vista:

- a) a criação de um sistema de transporte interiores que permita o deslocamento das safras produzidas em qualquer parte da Amazônia, no sentido da calha do rio Amazonas;
- b) necessidade de ligar a Amazônia, por via terrestre, com o Sul e o Nordeste do Brasil, não somente como uma ajuda ao povoamento da região pelo deslocamento de populações provindas de áreas mais densamente povoadas, como ainda para permitir a realização de seu tráfego comercial mesmo em período de emergência.

O sistema de transportes no interior será feito, de preferência, por via fluvial, já que o número de rios que cortam a região atende às necessidades da maior parte das populações, além de que o transporte por água é sempre mais barato que o terrestre.

Para ligar a Amazônia ao Sul e Nordeste do Brasil será necessário, entretanto, fazê-lo por meio de rodovias, já que a pequena produção a transportar não justificaria a construção de ferrovias, de custo mais elevado e manutenção mais dispendiosa. Existem, no momento, três frentes pioneiras que se deslocam em direção à Amazônia. Uma delas vem do Nordeste e atravessa o estado do Maranhão, pela base do rio Mearim, região onde se movimentam mais de 100 000 nordestinos em deslocamento para o norte. O apoio a esse movimento demográfico tem alto sentido para a realização da contiguidade entre a Amazônia e o Nordeste devendo a construção da estrada do Maranhão para Belém estar ultimada durante este quinquênio.

Do sul do Brasil, subindo o eixo do rio Tocantins através do estado de Goiás, avança outra frente pioneira, provindo principalmente de

Minas Gerais e Bahia, e que povoa rapidamente o centro desse estado. O apoio ao deslocamento dessa frente de povoamento será realizado através de um programa de estradas subsidiárias à ligação Anápolis-Belém, devendo esta ligação estar terminada no decorrer do quinquênio, pela execução do projeto rodo-ferro fluvial que constitui a lei denominada Jales Machado.

A terceira penetração vem do sul, procedendo de Cuiabá e em demanda do alto curso dos rios formadores do Tapajós e da serra dos Parecis. Essa progressão é igualmente apoiada pelo Plano Quinquenal em ligações rodoviárias que iniciam a descida pelo vale do Tapajós e a noroeste pela rodovia Cuiabá-Pôrto Velho, obra pioneira e de sentido estratégico.

Todos os trabalhos programados esbarram com o problema do desconhecimento em que vivemos até hoje do que é realmente a Amazônia.

As pesquisas são, por isso, fundamentais para a execução do que fôr planejado e para a própria planificação em bases realísticas. Ao Instituto de Pesquisas da Amazônia, à FAO, à Assistência Técnica das Nações Unidas e ao Instituto Agrônômico do Norte conferimos esse encargo de campo.

O Instituto, como sabeis, é o órgão brasileiro que visou pôr termo à controvérsia acêrca do Instituto da Hiléia, que sugeríamos à ONU e depois condenáramos como perigoso à nossa soberania. É parte integrante do Conselho Nacional de Pesquisas. Mas funciona integrado também na SPVEA, que lhe atribuí a realização dos programas de campo para apuração realística do que é a Amazônia. Ao Instituto cabe, ainda, o funcionamento de um centro de pesquisas florestais e outro de pesquisas minerais.

A FAO nos dá a sua contribuição mediante a transferência, à SPVEA, do acôrdo celebrado por intermédio do Itamarati com o Ministério da Agricultura, através do qual uma equipe trabalha na identificação da floresta, montagem de escola de iniciação florestal e centros pilotos de aproveitamento da própria floresta em experiências industriais.

O Instituto Agrônômico do Norte procede aos estudos relativos à heveacultura e às outras espécies vegetais da região ou alienígenas que possam ser aclimadas com intenção econômica. O Instituto de Imigração e Colonização, recentemente instalado, teve a seu cargo a pesquisa das áreas para o funcionamento das colônias. O Conselho Nacional de Geografia realizaria a identificação geográfica da região, complementando os estudos e levantamentos que já iniciara.

A Fundação Getúlio Vargas recebeu a incumbência de preparar técnicos em planejamento, para a Amazônia e para o Brasil. Os cursos funcionaram em Belém. Como o Instituto de Pesquisas, selecionaria e daria preparo científico ao pessoal qualificado de que o Brasil, e a Amazônia em particular, carecem para a sua dinamização ordenada.

Os recursos da União para os cinco anos do Plano Quinquenal estão estimados assim:

1955	3%	sobre	35 800 000 000,00	=	1 074 000 000,00
1956	"	"	42 960 000 000,00	=	1 288 800 000,00
1957	"	"	51 552 000 000,00	=	1 546 560 000,00
1958	"	"	74 234 000 000,00	=	2 227 000 000,00
1959	"	"	61 862 000 000,00	=	1 885 860 000,00

Total dos investimentos federais no quinquênio	7 992 220 000,00
--	------------------

Os recursos estaduais e municipais não ultrapassarão os seguintes algarismos:

1955	Cr\$	35 000 000,00
1956	Cr\$	40 250 000,00
1957	Cr\$	46 287 000,00
1958	Cr\$	53 230 000,00
1959	Cr\$	61 214 000,00

O total dos investimentos para o quinquênio será, pois, de mais de oito bilhões de cruzeiros.

É conveniente explicar aqui que, sendo a valorização um empreendimento estatal, não se quis evitar que a iniciativa privada dela participasse. Todos os projetos que tenham a finalidade de criar riqueza, de movimentar riqueza, por isso mesmo, serão assistidos. Ora pela participação nas companhias, sociedades que se constituírem, ora pelo financiamento. O fundo de fomento existente no Banco de Crédito da Amazônia tem essa destinação e é integrado por 10% sobre 3% da renda tributária da União destinada à SPVEA. Os programas de aplicação anualmente elaborados, são submetidos à Comissão de Planejamento, que os analisa, dá forma definitiva, aprova e manda ao Banco para execução, sob contrôle da SPVEA.

No Plano Quinquenal institui-se mais um fundo para empreendimentos agropecuários. Já está em estudos a criação de outros recursos para inversões em programas industriais.

O Programa de Emergência está em fase de execução. Execução difícil à falta de recursos técnicos e financeiros. Execução difícil principalmente em face da extensão da área.

Atribuiu-se à Superintendência o cumprimento de tudo quanto, sob a rubrica de Valorização Econômica da Amazônia constou do orçamento da República para o ano de 1954, isto é, além dos Cr\$ 300 000 000,00, com a determinação especial do Programa de Emergência, mas os Cr\$ 834 121 000,00 restantes.

De acôrdo com o decreto 35 142, de 4 de março de 1954, a aplicação dos recursos constitucionais, sejam os da União, sejam os dos estados e municípios, devem ser realizados preferentemente através de convênios com as instituições oficiais e privadas ou mediante os contratos com firmas financeiras, técnica e moralmente idôneas. Dêsse modo, o aparelhamento vultoso que a SPVEA teria de criar para as operações de campo,

ficaria reduzido a um mínimo, o que é desejável, principalmente em face à pobreza de pessoal qualificado existente na região.

Acontece, todavia, que os recursos para o pagamento das dotações constantes do orçamento geral da República e do Programa de Emergência, não tem sido entregues pontualmente. De acordo com o decreto n.º 34 132, de 9 de outubro de 1953, artigo 2.º, o recolhimento mensal da importância equivalente a 3% da receita tributária da União, deve ser efetuado em conta especial, no Banco do Brasil, tendo em consideração o equivalente arrecadado no exercício anterior. Seriam assim, até dezembro de 1954, para os Cr\$ 1 134 121 000,00, apenas Cr\$ 828 808 515,70. O mais grave decorre, porém, de outra circunstância, pois que a diferença entre a arrecadação de 1954 e a despesa programada para 1954 podia e devia sofrer correção legal. Refiro-me ao não recolhimento, por parte da União, do que a legislação lhe determinou. Estávamos em outubro de 1954. Até então a Superintendência só recebera Cr\$ 410 327 018,00 da União e mais Cr\$ 3 636 404,20 dos estados e municípios, tendo, no entanto, compromissos no valor de Cr\$ 551 189 219,70, resultantes de acordos já firmados para cumprir os encargos do orçamento da República e do Programa de Emergência.

As importações de implementos agrícolas, livres de direitos e taxas, foram estimadas em 1 milhão e oitocentos mil dólares. A Moeda e Crédito, do Ministério da Fazenda, impôs uma cota de sacrifício no valor de oitocentos mil dólares. Como valorizar a Amazônia com tamanhas dificuldades?

Mas não é só. Há ainda que registrar: a execução do Programa de Emergência, como a aplicação das dotações constantes do Orçamento da República, foi disciplinado pelo decreto n.º 35 142, de 4 de março de 1954. Visou-se, com essa disciplinação, pôr termo ao regime de gastos sem limites, sem ordem, sem qualquer fundamentação técnica. Por ela o pagamento das dotações só pode ser feito depois de devidamente aprovados pelo superintendente os planos e os orçamentos de aplicação do investimento constante da dotação. Essa exigência, que os setores especializados do Ministério da Fazenda consideraram do mais alto alcance para "moralizar as aplicações dos recursos proporcionados pela Fazenda Nacional", tem criado tremendos aborrecimentos à Superintendência e um esforço sem par do setor de obras da SPVEA.

As reclamações contra essas exigências moralizadoras são sem conta. Apontava-se a SPVEA como realizadora de uma burocracia incrível, que retarda o andamento das obras e serviços. Na verdade, o que tem feito é pôr um paradeiro à orgia de gastos e de investimentos desordenados e talvez até criminosos. Raros são os pedidos de pagamento que nos chegam satisfazendo as determinações legais. Os engenheiros labutam com uma boa vontade extrema, seus contadores, seus assistentes técnicos, enfim, com desvelo imenso preparam as plantas, os orçamentos, instruindo as partes, dando-lhes toda a assistência, indo aos locais das obras para examiná-las e assistir os beneficiários e exe-

cutores com os conselhos e as indicações necessárias. A incompreensão, porém, é imensa. O esforço que despendem para vencer as dúvidas, as restrições, o desconhecimento, não tem medida. Os comentários ferinos, as críticas maldosas são sem número. Um balanço do que já foi realizado no primeiro ano consta do folheto em que prestamos contas à região.

É de ressaltar, finalmente, que o superintendente é o responsável, perante o Tribunal de Contas da União, da aplicação dos recursos constitucionais. A prestação de contas é dêle. Daí porque é exigida, nos acordos firmados, a apresentação parcial e periódica das contas relativas aos adiantamentos feitos, por parte dos órgãos estatais ou organizações privadas, para exame, estabelecendo a cláusula de nossa presença técnica e contábil nos serviços e obras em andamento, a fim de verificarmos o que está sendo feito. A verificação de qualquer falta, procede-se à suspensão dos adiantamentos e à prática de providências de ordem legal, aplicáveis no caso.

Um oficial general, a propósito do que sofremos e do que procuramos realizar, testemunha de tudo, dizia-nos em Belém: "César, se nada de material puderes realizar nesta fase, a simples defesa dos dinheiros públicos que estás efetuando será suficiente como primeiro passo".

A experiência de investimentos planejados, no caso da Valorização Econômica da Amazônia, não pode permitir ainda a apresentação de resultados. A simples aplicação, no ano de 1954, de recursos orçamentados pelo Congresso e o início da aplicação de um "Programa de Emergência", de Cr\$ 330 000 000,00, não autoriza conclusões, na base de bom e mau êxito. O que posso afirmar é que a Valorização foi recebida como uma organização governamental que iria resolver tôdas as dificuldades públicas e privadas da região. Esperava-se-lhe a interferência imediata em tudo, para solução afortunada, definitiva, dos problemas, que são tão velhos quanto a sua existência histórica. Evidentemente não anunciáramos milagres. Tínhamos de agir como estavam agindo: caminhando cautelosamente, objetivamente, para o planejamento e a posterior execução dos programas pertinentes. Essa nossa orientação não provocou entusiasmo. Ao contrário houve reservas, exigências, negações. Estávamos errados?

BIBLIOGRAFIA

Indicações Mínimas

ALMEIDA, Rômulo Barreto de, *Plano Federal para o Nordeste*, 1954

BONFIM, Sócrates, *A Valorização Econômica da Amazônia e sua Comissão de Planejamento*, Rio, 1955

Comissão do Vale do São Francisco — *Plano Geral para o Aproveitamento Econômico do Vale do São Francisco*, Rio, 1950

FOCK, René, *La Haute Autorité de la vallée du Tennessee*, Paris, 1952

FRIEDMAN, John, *Regional Planning*, Rio, 1956

FURTADO, Celso, *O Planejamento Econômico*, Rio, 1953

- GOTTMANN, J. e outros, *L'Amenagement de l'Espace. Planification Regionale et Geographique*, Paris, 1952
- LILIENTHAL, David E, *TVA, A Democracia em Marcha*, Rio, 1957
- LOPES, Emilio Mira y, *Psicologia do Planejamento*, Rio, 1955
- MENDES, Armando, *Introdução ao Planejamento Regional Brasileiro*, Salvador, 1958
- OLIVEIRA, Américo L. Barbosa de, *O Desenvolvimento Planificado da Economia Brasileira*, Rio, 1946
- PAIVA, Glycon de, *Planificação dos Espaços de Ocupação Industrial no Brasil*, Rio, 1946
- Plan decennial pour le development economique et sociale du Congo Belge*, 2 vls. Bruxelas, 1949
- RAMALHO, Newton Correia, *Aspectos Técnicos do Planejamento*, Rio, 1946
- REIS, Arthur Cezar Ferreira, *Aspectos Sociais da Valorização da Amazônia*, Recife, 1955
- REIS, Arthur Cezar Ferreira, *Fundamentos, História, Estrutura e Funcionamento do SPVEA*, Rio, 1955
- REIS, Arthur Cezar Ferreira, *A Valorização da Amazônia e a Assistência Técnica* Rio, 1955
- SEREBRENICK, Salomão, *Planejamentos Regionais no Brasil*, Rio, 1956
- SILVA, Sebastião de Santana e, *Orçamento como uma Fase de Planejamento*, Rio, 1955
- SOMBRA, Severino, *Técnica de Planejamento*, Rio, 1951
- SPVEA — *O que é a valorização econômica da Amazônia*, Belém, 1954
- SPVEA — *Plano Quinquenal*, Rio, 1955

S U M M A R Y

Based in the plan 1 — the world planning 2 — Regional planning in Brazil — 3 the economic plan of economic appreciation of Amazonia, the author says planning is the better way to discipline the growth and the recovering of underdeveloped regions. Being planned for the future it needs the examination of past and present conditions, in order to avoid mistakes and the experience may succeed.

Although it is characterized as a subject, coordination and control, planning is a necessity nowadays and settles down a governmental politic or administrative or then bring success to private enterprises. In what concerns the estate it stresses certain problems or certain regions: administrative planning, economic, politic, municipal and regional. Volta Redonda which as a state enterprise obeyed the rules of planning and the oil refinery and the juta factory installed in Manaus, were the result of private planning.

Regarding the considerable sums of money to be invested, exigencies and precautions in planning technics must be taken in consideration, especially in the appreciation of a region for as economic plans aiming the social collectivities have to be flexible in order to be adjusted to the constant social variation of nowadays.

Next Dr. FERREIRA REIS presents several regional plannings which are connected to what French call the "mise-en-valeur" of a region that was employed in his vast colonial empire in the XIX and XX centuries. So he characterizes the British planning, the one of Congo Belga, the Monnet plan for France and French Union, the one of Surinan, and also examines the Tennessee valley planning.

Under the title: Regional Planning in Brazil; Peculiarities; Difficulties of the Brazilian case; the experiences made and its teachings — the author analysis various experiences made in Brazil. Regarding the physical, economical, social and cultural differences of certain areas of the country, some of them were able to be developed but other ones, no. So solutions aiming to vitalize underdeveloped regions that is the planning of a recovering politic was undertake by Federal Government.

This interference of the Federal Government is felt in all great problems which losing its local character become national ones. Some of them were old ones as the rubber defense, the work against the drought, the S. Francisco River, Rio Doce and Paraná Bassin.

Commenting these undertakings, the first one dated from 1912, the last ones originated from constitutional dispositions of the Charter of 1946, the author ends this part and begins a third one concerned to the plan of Economic Appreciation of Amazonia.

Describing the physical, human and economical characteristics of Amazonia as well as its historical evolution where for the first time in Brazil regional planning was tried, although not completed, the author arrives to the time of the rubber rush in 1870, whose splendour is given by the two capitals of the region Belém and Manaus. It was then that voices were heard in order to suggest the necessary means to give stability to the local society. Other voices foresee, regarding the indeveloped technics used and the market demands, the appearing of the synthetic rubber.

With the ruin provoked by the oriental rubber concurrence life in Amazonia retroceded and in order to restore its life recognitions and surveys of the area resources and researches about the region possibilities were made, including the participation of a North-American-Brazilian Comission. Little by little this underdeveloped area began to rise upon the national conscience and isolated measures were taken as the creation of the three Federal Territories — Amapá, Guaporé and Rio Branco, the rescission of the company which explored the services of the interior navigation and those of the port of Pará, the foundation of the Special Service of

Public Health and the Rubber Bank, today called Banco de Crédito da Amazonia, the two last ones. With North — American financial and technical cooperation. By the time of the World War the markets increased its necessity of rubber but the rubber trees restauration did not work as it was expected.

It was then that it was elaborated, based in the Constitution of 1946 (art. 99) the "appreciation plan of Amazonia, whose resources applied by Federal Government should correspond to 3% from the Union appropriation and equal sum from the municipalities and territories of that region.

The 1806 law from January, 6, 1953, voted by Congress, created the "Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia" and scheduled the operations to be planned. The total utilization of the region resources was its aim and also to set up a demographic, economical, commercial and banking politic.

A planning comission (15 members, 6 from which specialists from the Government free choice) should elaborate an emergency program and after that a quinquennial plan. But the organization of the technical staff required and the routine services make difficult the organization of such plan whice would include the states of Pará and Amazonas, the Federal Territories of Acre, Amapá, Guaporé, and Rio Branco and also part from the state of Mato Grosso, north 16° parallel, from Goiás, North 13° parallel and from Maranhão, west 44° meridian, making a total of 5.030. 109 km² — two thirds of the country with a population of 3.549.389 inhabitants.

The "Plano de Valorização Econômica da Amazonia" must be faced as a political work aiming the territorial integration, economical and social from Amazonia in the national Unity, having as a purpose the occupation and development of Amazonia as a whole. Nevertheless, the lack of informations from the local entities excepcionally those which could provid resources prejudiced the program execution. In spite of that the emergency program was elaborated the investments applied in the following: — 1 Agricultural and little Development; 2 — Transportation, Communications and Energy; 3 — Cultural Development; 4 — Natural Resources; 5 — Health (Cr\$ 330.000.000,00).

Once approved the Emercency Program, the Planning Commission began to think about the Quinquennial Plan.

The preliminary planning to be revised annually set the following points: a) — to assure the territorial occupation of Amazonia in a Brazilian sense; b) — establish an economically progressive and steady society which by its own resources could provid its social duties; c) develop Amazonia economy in a similar and complementary sense of the Brazilian one.

Concluding the author examines: first, the recovering of Amazonia population problem, showing the areas where this population could settle, areas chosen by economical and political criterion where the kind of activity was in the dependence of natural resources from each zone, the character of population and the aimings wished in the choice of the zonas forming a total of 28.

He analyses after, the agriculture problem in Amazonia calling attention to an assistance system includind credit planned by the "Valorização" and by animal origin nourishment.

Referring to natural resources, the program includes — rubber and "babaçu" — The utilization of the vegetal and mineral raw material by its transformation in industrial products was also thought of. About transportation the plan looks for the creation of an interior — fluvial transportation system and highway cunction from Amazonia to the South and Nort-East. Nevertheles the little knowing of the region prevented the development of the work, and researches are meded which are submitted to the "Instituto de Pesquisas da Amazonia", à FAO, to the "Technical Assistance" of ONU and to the "Instituto Agrônomico do Norte". These institutions have made studies on the heveaculture, forest identification and researches for the settlement of colonies. The total of the investments for the quinquennium reaches 8 millions of cruzeiros. By the Decree 35.142 from March, 4, 1954, the application of these resources must me made by agreements with official institutions and private or by contracts with technical and moral suitable firms.

The author ends his paper showing economical and financial data which have influence in the Economy of Amazonia.

RÉSUMÉ

La planification régionale — Ses caractéristiques.

L'exemple des expériences étrangères.

- 1 — La planification dans le monde.
- 2 — La planification régionale au Brésil
- 3 — Le plan de mise-en-valeur de l'Amazonie.

L'auteur nous dit que l'établissement d'un plan est le plus sûr moyen de systématiser la croissance et la récupération des régions subdéveloppées. Mais comme ce plan doit être fait pour le future il demande un examen des conditions du passé et de celles du présent pour éviter la répétition des mêmes fautes. Bien que ce plan se caractérise comme une discipline, une coordination et un contrôle, il est une exigence du moment présent, il fixe une politique gouvernementale ou administractive ou bien sa finalité est le succès d'une entreprise privée. Dans le premier cas il incide sur des problèmes déterminés ou sur des régions: plan administractif, économique, politique, municipal ou régional. "Volta Redonda", qui a obei à un plan en tant qu'entreprise de l'État, la raffinerie de pétrole et la fabrique de jute installée à Manaus, sont le résultat de l'élaboration de plans particuliers.

Comme il faut investir des sommes énormes, la technique d'élaboration d'un plan exige beaucoup de prudence, spécialement celle d'un plan de mise-en-valeur d'une région; les plans économiques ayant pour objet les collectivités doivent être souples pour pouvoir s'adapter facilement aux variations sociales fréquentes aujourd'hui.

Le Prof. FERREIRA REIS analyse alors des plans de mise-en-valeur que la France, la Belgique, l'Angleterre ont élaboré pour leur respectives colonies. Il approfondit aussi celui de la vallée du Tennessee.

Puis il étudie les diverses expériences qui ont été réalisées au Brésil. Pays très vaste ses différences d'ordre physique, économique, sociale et culturelle sont très grandes. Il possède des régions très développées et d'autres très peu. Aussi ce pays demande de la part du Gouvernement National une politique qui récupère et vitalise les régions subdéveloppées. Cette interférence du gouvernement s'étend sur des espaces si grands et renferme des problèmes si vastes qu'ils perdrent leur caractère regional pour devenir fédéral. Quelques unes de ces expériences sont anciennes, comme celle de la défense du caoutchouc, d'autres sont plus récentes comme celle, du nord-est contre la sécheresse, celle du São Francisco, du Rio Doce et celle du bassin du Paraná. Elles s'échelonnent de 1912 à 1946.

L'auteur nous parle alors du plan de mise-en-valeur de l'Amazonie. Il decrit, à vol d'oiseau, les caractéristiques physiques, humaines et économiques de la région. Il nous parle de son évolution historique. C'est dans cette région que, pour la première fois, au Brésil, on

a fat l'expérience d'une planification régionale, dont la réalisation malheureusement n'a pas été terminée. Il nous parle de l'époque, 1870, du "rush" du caoutchouc dont la richesse apparaît dans les deux capitales — Belém et Manaus. C'est alors que plusieurs personnes ont suggéré des mesures capables d'offrir une stabilité à la société locale. D'autres, considérant les techniques rudimentaires et les exigences du marché, ont prévu l'apparition du caoutchouc synthétique.

Après la débacle du caoutchouc, provoquée par la concurrence de celui de l'Orient, la vie en Amazonie a rétrogradé. Pour la faire revivre des études et des recherches sur ses possibilités ont été faites non seulement par des brésiliens mais aussi par une Commission Brésilienne-Nord-Américaine.

Peu à peu la Nation a pris conscience de la grande région subdéveloppée. Certaines mesures ont été prises: la création de trois "Territoires Fédéraux"—Amapá, Guaporé et Rio Branco — la fédération de la compagnie qui explorait la navigation intérieure et le port du Pará, la création d'un Service Spécial de Santé Publique, l'établissement de la Banque du Caoutchouc, aujourd'hui Banque de Crédit de l'Amazonie, ces deux dernières créées avec la coopération financière et technique de l'Amérique du Nord. Le Conflit Mondial provoqua dans le marché une plus grande recherche du caoutchouc, mais les résultats de la restauration des "seringais" ont été inférieurs à ce qu'on attendait d'eux.

On a alors élaboré, d'accord avec la Constitution de 1946 (art. 99), un plan de mise-en-valeur de l'Amazonie. Les ressources pour ce plan, appliquées par l'intermédiaire du Gouvernement Fédéral, seraient de 3% de la somme tributaire de l'Union et d'une contribution fournie par les Territoires et les municipes de cette région.

La loi n.º 1806, de 6 de janvier de 1953, du Congrès, a créé la "Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia" et a déterminé les opérations qui devaient faire partie de ce plan. On désire mettre-en-valeur toutes les ressources de la région et établir une politique démographique, économique, commerciale et bancaire.

Une Commission de Planification (15 membres dont 5 spécialistes choisis par le Gouvernement Fédéral) devait élaborer une ébauche de programme qui serait suivie d'un plan quinquennal. L'organisation du corps technique nécessaire à l'établissement du plan et l'organisation des services routiniers ont difficilement l'élaboration du plan qui comprendrait les États du Pará, de l'Amazonas, les Territoires Fédéraux de Acre, Amapá, Guaporé, Rio Branco et encore une partie de l'État de Mato Grosso au nord du parallèle 16, de Goiás au nord du parallèle 13, du Maranhão à l'ouest du méridien 44, totalisant 5 630 109 km², deux tiers du pays et une population de 3 549 389 habitants.

La mise-en-valeur de l'Amazonie est une œuvre politique, dont la finalité est l'intégration territoriale, économique et sociale de l'Amazonie dans l'unité nationale. Pendant l'exécution du premier programme on a constaté le manque d'informations, avec de rares exceptions, les entités locales n'étaient d'aucuns secours.

On a quand même élaboré de plan et destiné l'argent aux secteurs suivants: 1) Développement de l'agriculture culturelle et de l'élevage 2) Transports, communications et énergie 3) Développement culturel — 4) Ressources naturelles 5) Santé (330 000 000,00) Après on élabora le Premier Plan Quinquennal.

Cette première planification qui devait être revue annuellement, a déterminé certains objectifs: a) Pourvoir à l'occupation territoriale de l'Amazonie comme unité brésilienne, b) construire en Amazonie une société économiquement stable et progressiste capable d'assurer l'exécution de ses tâches sociales, c) Développer l'Amazonie dans un sens parallèle et complémentaire à l'économie brésilienne.

L'auteur étudie le problème de récupération des populations de l'Amazonie, en sélectionnant 28 zones de cette grande région, d'accord avec ses caractères économique et politique.

Il analyse ensuite le problème de l'agriculteur et fait ressortir un système d'aide financière. Il nous parle encore des aliments d'origine animale; insiste sur les ressources naturelles, — le caoutchouc, le "babaçu" et les minéraux et sur leur possible industrialisation.

Quant aux transports le plan prévoit la création d'un système de transports intérieurs utilisant les fleuves de la région, et une liaison de l'Amazonie avec le sud et le nord — est, au moyen de routes.

La région étant peu connue, il a été nécessaire de faire des recherches et des études. On a chargé "L'Instituto de Pesquisas da Amazônia", "l'Assistência Técnica das Nações Unidas" et "l'Instituto Agrônomico do Norte" de les entreprendre. Ils ont déjà réalisé des études sur la heveoculture, l'identification de la forêt et des recherches de zones pour y établir des colonies. Le total des dépenses pour les 5 premières années atteint 8 millions de cruzeiros. D'accord avec le décret n.º 35 142, de 4 de mars de 1954, l'emploi de ces ressources doit être fait par des institutions officielles ou après des contrats par des organisations techniques moralement capables.

Pour conclure il se rapporte aux données économiques-financières qui influent sur la mise-en-valeur économique de l'Amazonie.





AVISO

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas. O uso destes documentos é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais - [Lei nº 9.610/98](#)). Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõem a rede de bibliotecas públicas do Estado do Amazonas.

EMAIL: ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM



Secretaria de
Estado de Cultura



CENTRO CULTURAL DOS
POVOS DA AMAZÔNIA